



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 30 - Nº 547 - DE 30 DE JULHO A 13 DE AGOSTO DE 2017 - R\$ 4,00

Burocracia sindical, com sua política de colaboração de classes, sacrifica as reivindicações dos explorados RETOMAR A GREVE GERAL!

Lula condenado

**Somente a classe
operária pode
julgar seus crimes**



Venezuela

**Imperialismo aperta o cerco sobre o governo Maduro
Organizar a luta independente da classe operária
para derrotar a reação pró-imperialista**

A expectativa burguesa para agosto

Nossa luta deve se concentrar nas reivindicações dos explorados

No início de agosto, a Câmara Federal decidirá se aceita ou não a denúncia do Ministério Público contra Michel Temer. Para isso, terá de alcançar o quórum exigido. É possível protelar. Parece que é do interesse dos governistas decidir logo. Assim, caso o Procurador-Geral, Rodrigo Janot, entregue ao STF as duas últimas denúncias que faltam, já não terão o mesmo impacto que a primeira. A camarilha de Temer se mostrou competente para arregimentar a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), trocando parte de seus membros, destituindo os opositores e substituindo-os pelos apoiadores. Essa operação permitiu rasgar o relatório que concluía pela admissibilidade da denúncia, colocando outro em seu lugar que espezinhou a denúncia e inocentou Temer. Apesar do PT, PCdoB, PSOL e REDE acharem que é possível modificar esse quadro no plenário da Câmara, o mais provável é que a vitória de Temer foi assegurada na CCJ. A palestra de Janot nos Estados Unidos, poucos dias depois da vergonhosa decisão da CCJ, indicou um possível recuo na ofensiva do Ministério Público contra Temer. É bem possível que não seja uma manobra circunstancial do Procurador, que em setembro será substituído pela procuradora Raquel Dodge, escolhida por Temer. Depois de a CCJ desancar a denúncia de “corrupção passiva”, a de “obstrução de justiça” cairá facilmente por terra. Certamente, o terreno continua movediço sob os pés do presidente golpista e corrupto, mas não tão movediço quanto estava entre maio e junho, quando se revelou a gravação de Joesley Batista.

A camarilha governamental, apesar de aturdida, não ficou paralisada. Passou a agir abertamente contra o Ministério Público e a Operação Lava Jato. O que contou com o apoio de importantes setores da burguesia, que entende que as investigações e punições devem parar no PT e Lula. Passou-se a discutir os chamados abusos de autoridade, a condenar a exposição de Temer por meio da gravação da JBS e a mostrar que a economia estava sendo ameaçada, quando começava a se recuperar. A intervenção na Polícia Federal pelo novo Ministro da Justiça, a escolha da nova Procuradora e a indicação de ministros para o STE se contrapuseram às pressões políticas oriundas das delações contra Temer e seus lacaios. Há que acrescentar a presença ativa do general Etchegoyen, ligado à Agência Brasileira de Informação Nacional (ABIN), no núcleo central do governo golpista. Essa contraofensiva conseguiu reduzir o impacto da campanha da Rede Globo contra Temer e potencializar a campanha do Jornal O Estado de São Paulo pela permanência a qualquer custo do governo golpista.

A crise em grande medida ficou circunscrita às instituições do Estado, embora a população acompanhe diariamente pelos noticiários. A campanha do PT, Frente Brasil Popular e movimentos pela saída de Temer e convocação antecipada de eleições, não atraiu as massas, que desconfiam dos propósitos da oposição. Está aí por que essa via não foi potenciada no seio da burguesia e no Congresso Nacional. Não se pode desconhecer

que o afastamento de Temer e eleição de um novo governo dependem de decisões tomadas no centro do poder político da classe capitalista. Os explorados não poderiam, assim, assumir como bandeira democrática a convocação de eleições. O caminho da luta contra o governo golpista se abriu com a greve geral de 28 de abril. Mas logo foi fechado pela burocracia sindical, dividida entre apoiadores de Temer e opositores. Ao interromper o movimento nacional, substituindo-o por manifestações inócuas de contestação ao governo, a crise política permaneceu no âmbito das forças burguesas em conflito.

A aprovação da reforma trabalhista, no Senado, sem que houvesse um levante geral da classe operária e dos demais assalariados, concluiu como grande vitória do governo golpista. A política de colaboração do sindicalismo burocrático e da oposição liderada pelo PT se sobrepôs à via da luta de classes. A derrota da classe operária não ocorreu devido à ausência de disposição de luta generalizada. Sem essa explicação, não se compreende porque um governo mergulhado no pântano e tão odiado pelas massas tem sobrevivido à própria crise burguesa.

A vanguarda deve voltar ao trabalho de organização do movimento grevista nacional, apoiada no prognóstico mais provável, que é o de permanência de Temer no poder. Ultrapassada a etapa da crise aberta em maio, os governistas concentrarão fogo na aprovação da reforma da previdência. Os burocratas usam o otimismo para manter a classe operária desativada. Ao contrário, não confiamos na explicação de que Temer não terá força para aprovar essa reforma. O mesmo foi dito em relação à reforma trabalhista. Guiamos nossa análise pelas necessidades objetivas da burguesia descarregar brutalmente a crise estrutural do capitalismo sobre a maioria oprimida. As crises intestinas devem ser consideradas, evidentemente, mas subordinadas à base material.

A Força Sindical e a UGT concluíram em sua reunião que o momento agora é de aprovar as Medidas Provisórias para amenizar a reforma trabalhista. A CUT, por sua vez, diz que tem em seu “radar” a greve geral. A divisão na burocracia sindical comparece como obstáculo à luta. A direção da CUT manobra com a ameaça da greve. Caso continue prevalecendo o divisionismo e as manobras diversionistas, é grande a possibilidade do governo Temer sobreviver e seguir em frente com as reformas antinacional e antipopular.

A militância de esquerda e a vanguarda operária têm a obrigação de denunciar o divisionismo, trabalhar pela frente única como a que serviu à greve geral de 28 de abril, manter no alto a bandeira de derrubada das reformas e agregar à luta a defesa dos empregos, salários e direitos trabalhistas. A bandeira de não pagamento da dívida pública deve ser colocada no centro do movimento.

O POR chama os explorados a se colocarem sob a estratégia de poder do proletariado, o governo operário e camponês. Chama a sua vanguarda a arregaçar as mangas e por-se a trabalhar pela formação dos comitês de base.

Centrais se reúnem para consagrar a traição

Depois de terem desarmado a luta contra as reformas trabalhista e da previdência, de transformar o 30 de junho em fiasco nacional e de terem subordinado a luta direta da classe operária e dos explorados em geral às pressões parlamentares, os burocratas das centrais retomaram as reuniões. No dia 24 de julho, com a presença da Força Sindical, UGT, CTB, Nova Central e CSP-Conlutas, aprovou-se a proposta de elaborar uma Medida Provisória alterando alguns aspectos da reforma trabalhista. Segundo a CTB, a CUT não participou da reunião, mas se comprometeu a encaminhar as deliberações. Sobre a presença da Conlutas, sabemos apenas que esteve presente segundo a informação da UGT.

O burocrata da UGT foi claro quando disse que agora não é hora de chorar o leite derramado, a reforma foi aprovada e é preciso unidade das centrais em torno de propostas comuns de alterações. Além disso, um compromisso único das centrais em torno da aprovação de uma Medida Provisória, que deve ter como um dos pontos a volta do imposto sindical, na forma de contribuição. Outro burocrata da mesma central teve a desfaçatez de dizer que fizeram de tudo, desde as mobilizações até as negociações, mas a “luta foi desigual”. E que agora o caminho é outro, o que implica explicar aos trabalhadores suas perdas e conversar com o Congresso Nacional e o governo para que se aprove a Medida Provisória.

Como parte da “estratégia”, os dirigentes prometeram milhares de jornais para serem distribuídos aos trabalhadores, com o slogan de que Temer “não foi transparente ao defender que a reforma trabalhista criaria empregos”. Essa é a maneira da burocracia sindical ocultar que nada fizeram para combater as demissões em massa e a elevação da taxa de desemprego. É maneira cordial de tratar a violência do governo golpista contra os explorados.

O fundamental da reunião foi restabelecer a unidade das burocracias em torno da Medida Provisória que garanta a existência (por lei) da contribuição sindical, no lugar do imposto

sindical compulsório, retirado pela reforma trabalhista. Para o representante da CTB, “acabar com a contribuição sindical e não colocar nada no lugar é uma proposta fascista”. Não era preciso o qualificativo de fascista para rejeitar a interferência no funcionamento dos sindicatos. Ocorre que o imposto sindical foi uma criação do governo burguês nacionalista de Vargas, objetivando aumentar o controle estatal sobre os sindicatos. Agora, o governo burguês golpista de Temer e o Congresso Nacional oligárquico pretendem acabar com o imposto sindical para enfraquecer a própria burocracia e reduzir o número de sindicatos. É preciso, sem dúvida, rechaçar o intervencionismo estatal, seja por meio de leis, da política ou da polícia. A burocracia que não quer abrir a mão do imposto sindical negociou com o governo a aprovação da reforma trabalhista e em troca espera uma Medida Provisória que garanta recursos

extraídos dos salários dos trabalhadores, sem que seja por vontade coletiva.

Como se vê, uma reunião inteiramente voltada às negociações em torno das Medidas Provisórias, prometidas por Temer à Força Sindical e à UGT. Embora houvesse um discurso de que há muitos pontos da reforma que precisam ser alterados, o ponto central está em como manter os milhares de sindicatos sem o imposto sindical. Como manter o parasitismo das burocracias sindicais sem os milhões que são arrancados dos trabalhadores. Está aí por que não houve nenhum compromisso de retomada da greve geral, muito menos por 48 horas.

A greve geral de 28 de abril mostrou que a unidade entre as centrais burocratizadas somente serve quando permite a real unidade de ação das massas contra a classe capitalista e seu governo. Essa unidade burocrática foi rompida precisamente para quebrar a unidade prática da classe operária e demais oprimidos.

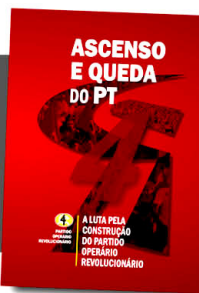
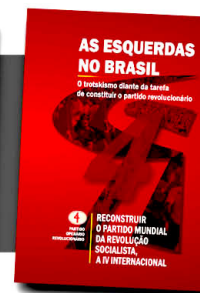
Denunciamos a negociata em torno da Medida Provisória sobre a contribuição sindical e alguns aspectos da reforma trabalhista, porque temos de continuar a luta pela derrubada integral das reformas.

Agora, o governo burguês golpista de Temer e o Congresso Nacional oligárquico pretendem acabar com o imposto sindical para enfraquecer a própria burocracia e reduzir o número de sindicatos. É preciso, sem dúvida, rechaçar o intervencionismo estatal, seja por meio de leis, da política ou da polícia. A burocracia que não quer abrir a mão do imposto sindical negociou com o governo a aprovação da reforma trabalhista e em troca espera uma Medida Provisória que garanta recursos extraídos dos salários dos trabalhadores, sem que seja por vontade coletiva.

ADQUIRA ▶

COM NOSSO DISTRIBUIDOR DE MASSAS



Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO – www.pormassas.org

A crise exige a defesa do programa do proletariado

O governo golpista recorreu ao aumento de impostos. Os combustíveis ficaram mais caros. Certamente, afetará o custo de vida. Aqueles que ganham menos de um salário mínimo a três salários mínimos sentirão o maior impacto do aumento de impostos. A Fiesp reclamou da medida, mas logo se calou. O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, disse alguma coisa no pé do ouvido do presidente da Fiesp, Skaf, que o convenceu a não fazer barulho, como havia feito no processo de impeachment de Dilma Rousseff. A ordem do momento é não complicar ainda mais a instabilidade política.

A justificativa de Temer é de que não havia outra medida que permitisse completar o caixa do Tesouro Nacional, diante das perdas na arrecadação, do aumento das despesas e, consequentemente, do estouro do déficit primário. Mostrou, por outro lado, que vem cortando recursos sociais. O programa Bolsa-Família, por exemplo, perdeu R\$ 800 milhões, de maneira que não terá o reajuste inflacionário. Segundo o governo, também houve cortes no seguro-desemprego, no complemento do FGTS, etc. Mesmo assim, não cobria a perda orçamentária de R\$ 34,5 bilhões. Sem o aumento de imposto do combustível não seria possível cumprir a meta fiscal do teto de déficit de R\$ 139 bilhões. A mais recente notícia é a do Programa de Demissão Voluntária do funcionalismo federal, objetivando demitir 5 mil servidores. Essa medida indica que se abrem as portas para demissões massivas em todas as esferas da federação - União, estados e municípios.

Em meio a essa situação, Temer aguarda uma solução para sua Medida Provisória que presenteia os empresários sonegadores de impostos e que estão em débito com o Tesouro Nacional com o "Programa Especial de Regularização Tributária", também chamado de Refis. A MP 783 permite que os capitalistas devedores descontem até 90% dos juros e 50% das multas. Não contente com esse benefício, o deputado relator Newton Cardoso Jr. alterou o benefício para até 99%. A bandalheira é visível. Inúmeros parlamentares têm interesse, uma vez que são grandes devedores. Somados, têm de pagar ao fisco R\$ 533 milhões de reais. A família Cardoso, do próprio relator, é um dos interessados (deve R\$ 67,8 milhões). Ao invés do governo e da justiça caírem em cima dessa gente para que paguem suas dívidas, arrumam um jeitinho de anistiá-los. Se fosse um assalariado que não pagasse o crediário de sua geladeira à Casas Bahia, teria o bem confiscado e seu nome ficaria sujo no Serasa. A democracia oligárquica serve precisamente para descarregar a crise capitalista sobre as massas e proteger a minoria burguesa.

A necessidade de garantir a meta fiscal decorre da gigantesca dívida pública, que vem crescendo nos últimos anos e que sangra o Tesouro Nacional com o absurdo montante de juros

que alimenta o parasitismo do capital financeiro. A previsão é de que terá um aumento de R\$ 538 bilhões em 2017, saltando assim para R\$ 3,65 trilhões. Está mais do que claro que a gigantesca dívida pública e o montante de juros se levantam como uma poderosa trava ao desenvolvimento das forças produtivas internas. No entanto, a burguesia e o governo culpam a previdência. Segundo o relato da Comissão Parlamentar, o alegado déficit da previdência é causado pela monumental dívida de grandes bancos, multinacionais e empresas nacionais, que perfaz R\$ 500 bilhões. É bom lembrar que parte desse rombo é

oriundo da desoneração da folha de pagamento feita pelo governo de Dilma Rousseff. Como se vê, os trabalhadores pagam certinho sua contribuição e os capitalistas sonegam. Assim funciona o capitalismo.

O governo propaganda o fim da recessão e a volta dos empregos. A pequena recuperação anunciada não indica, porém, que haja uma tendência a uma alta do crescimento. O desemprego e o subemprego não serão revertidos. As previsões são de baixíssimo crescimento nos próximos anos. Significa que se agravarão as condições que envolvem a dívida pública. O Banco Central não poderá manter continuamente a redução da taxa de juros

que regula o endividamento público, a previsão é de que as reduções não ultrapassem a taxa histórica de 7,25%, que se deu no governo Dilma. Os banqueiros e toda sorte de especuladores indicaram descontentamento com a redução já feita, apesar da queda da inflação. Não apenas não se deve esperar uma melhoria nas condições de vida das massas, como se deve esperar o pior. A implantação da reforma trabalhista atingirá duramente os empregos e os salários. A reforma da previdência não será abandonada, nem pelo governo golpista, nem por aquele que o sucederá. O capitalismo em decomposição exige o aumento da taxa de exploração do trabalho, ao lado do crescente parasitismo financeiro.

A greve de 28 de abril e as inúmeras manifestações expressaram poderosas tendências de luta dos explorados. A burocracia temeu uma explosão social, tendo o proletariado à frente. Não apenas limitou a greve geral às bandeiras contra as reformas trabalhista e previdenciária como evitou que a partir dessa luta os explorados avançassem em direção a um programa mais amplo de reivindicações. Manteve as demissões e o desemprego à margem, quando deveriam ser o ponto de partida de todo o enfrentamento contra a burguesia e o governo.

É de todo sabido que a dívida pública condiciona de cima a baixo as condições de desenvolvimento da economia e a própria política econômica do governo. Mas dela se fala apenas em discursos parlamentares, que ficam nos corredores do Congresso Nacional. Os burocratas e reformistas não permitem que a classe operária compreenda que o destino da pre-

O governo propaganda o fim da recessão e a volta dos empregos. A pequena recuperação anunciada não indica, porém, que haja uma tendência a uma alta do crescimento. O desemprego e o subemprego não serão revertidos. As previsões são de baixíssimo crescimento nos próximos anos. Significa que se agravarão as condições que envolvem a dívida pública.

vidência está atado ao pagamento de juros da dívida pública, que as privatizações e a entrega de patrimônios nacionais ao capital financeiro são utilizados pelo governo para manter o parasitismo da dívida pública e que o brutal esforço nacional para sustentar tamanha sangria atende em última instância aos interesses do imperialismo.

Está aí por que somente a classe operária organizada e em luta com o programa anticapitalista e anti-imperialista pode reagir à política antinacional e antipopular, que prevalece no seio do Estado. O governo golpista de Temer é apenas um elo na cadeia dos interesses do capital financeiro. O próximo governo terá de dar continuidade. É uma ilusão dos petistas, reformistas e centristas acharem que com as eleições presidenciais será possível barrar a ofensiva que se armou com o movimento do impeachment e o golpe de Estado. Estamos diante de uma crise estrutural do capitalismo, que exige ampla destruição de forças produtivas mundialmente. As forças produtivas estão em choque crescente com as relações capitalistas de produção.

Manifesto Ato de 20 de julho

PT convoca manifestação contra a condenação de Lula **Qual é a unidade necessária para derrotar a ofensiva da burguesia?**

Era grande a possibilidade do juiz Sérgio Moro condenar Lula. O motivo fundamental era e é inviabilizar sua candidatura em 2018. Trata-se, claramente, de uma ação antidemocrática.

Há, sem dúvida, uma relação entre o golpe que derrubou Dilma Rousseff e a sentença ditada por Moro. O impeachment passou por cima das eleições presidenciais de 2014 e cassou o voto de milhões, que deram o quarto mandato ao PT.

A Operação Lava Jato esteve na base do golpe de Estado. Forneceu a munição necessária para pôr em pé o movimento da classe média e armar um falso clima político de defesa da moral e da ética. A falsidade desse movimento se tornou ainda mais evidente diante do escândalo que atingiu o golpista Temer. A utilização do moralismo burguês e pequeno-burguês serviu em parte para confundir e, em parte, para ocultar que se tratava iminentemente de um golpe reacionário, cujo objetivo era o de implantar furibundas reformas antinacional e antipopular. Sob a máscara de um processo legal, constitucional e democrático, a frente burguesa derrubou o governo eleito.

A condenação de Lula completa o impeachment de Dilma. Há um setor da burguesia que considera imprescindível inviabilizar a candidatura de Lula. A volta do PT ao poder, embora muito mais difícil, representará uma derrota das forças golpistas. Dizemos muito difícil não só porque a Operação Lava Jato revelou os laços da política burguesa com os poderosos grupos econômicos, mas também pelo fato de que, em última instância, quem decide as eleições é o mesmo poder econômico. Inevitavelmente, todos os partidos eleitorais dependem da fonte de financiamento empresarial, uns mais, outros menos.

Por trás da Operação Lava Jato, desenvolve-se uma acirrada

A luta contra as reformas de Temer ficou no meio do caminho. Deverá ser retomada e ampliada com um programa que coloque o não pagamento da dívida pública, a estatização dos bancos, a expropriação dos monopólios fundamentais da produção e nacionalização das terras, colocados sob o controle operário. A unidade das massas alcançada na greve geral de 28 de abril pode e deve ser reforçada por meio do programa que una a classe operária e os camponeses contra a burguesia e o imperialismo. Por essa via se alcançará uma unidade mais ampla da maioria oprimida, sob a direção da classe operária.

São imprescindíveis a exposição e a explicação da estratégia própria de poder dos explorados, que se materializa na luta por um governo operário e camponês. As condições econômicas e políticas favorecem a luta de classes e esta favorece a defesa do programa da revolução e ditadura proletárias. Quanto mais a vanguarda proletária aproveitar o momento para unir as reivindicações elementares à estratégia de tomada do poder, mais firmes e conscientes serão os combates que nos aguardam.

18 de julho de 2017

guerra comercial, que por sua vez, tem em sua base as necessidades do capital imperialista. A crise econômica mundial impulsiona os choques interburgueses, que acabam se convertendo em crise política. A administração do Estado burguês pelo PT se tornou um obstáculo às exigências do capital financeiro. Está aí por que o golpe tem como conteúdo econômico as reformas antinacional e antipopular.

Não é auspicioso para a burguesia ter à frente da presidência da República uma camarilha de corruptos, comprovadamente reconhecidos pela própria Lava Jato. Mas, nunca foi e nunca será, a honestidade, a probidade, uma condição indispensável aos governos da sociedade de classe. Via-de-regra, a delinquência é parte inerente da política burguesa e do funcionamento do Estado. Coube a um dos governos mais gangsteris da República impor a reforma trabalhista, que arrasa e acaba com velhas conquistas da classe operária.

No mesmo momento em que a Comissão de Constituição e Justiça era manipulada e inocentava o bandido Temer, o juiz Moro sentenciava Lula a 9 anos e seis meses de detenção e 7 anos de proibição ao exercício de qualquer função pública. Temer tem sido mantido no poder a qualquer custo, dado que o legislativo, o judiciário e o Ministério Público promoveram o golpe do impeachment. As contradições, que têm por base a guerra comercial, impossibilitaram harmonizar as instituições do Estado, de forma que o Ministério Público teve de acusar Temer de “corrupção passiva”. Tudo indica que o Congresso Nacional interromperá a ofensiva do Procurador-Geral, Rodrigo Janot. E, se não for assim, já está engatilhada a sucessão de Temer, que caberá ao presidente da Câmara Federal, Rodrigo Maia. Está nos cálculos da frente

golpista impedir a volta do PT ao poder.

Aparentemente, a condenação de Lula é tão somente resultado de uma investigação policial e judicial. Sob essa aparência, oculta a luta interburguesa para inviabilizar eleitoralmente o PT. Os meios e métodos policiais/judiciais para impossibilitar a candidatura de Lula devem ser denunciados e rechaçados.

É nesse sentido preciso que o Partido Operário Revolucionário (POR) comparece nas manifestações convocadas pelo PT, CUT, CTB, MST e movimento populares com a bandeira de não condenação de Lula e pelo direito democrático de concorrer às eleições. Cabe à classe operária e à maioria oprimida fazer o julgamento político do ex-presidente. Para isso, terá de constituir um verdadeiro Tribunal Popular. É por meio das experiências próprias que os trabalhadores reconhecerão que nenhum tipo de governo burguês resolverá a sua situação de pobreza e miséria. Que nenhum governo burguês submeterá o poder econômico e que nenhum governo burguês emancipará o País semicolonial da opressão imperialista. Quem deve decidir sobre o destino do PT e de Lula não é a polícia, o judiciário e a frente burguesa golpista, e sim as massas proletárias, camponeses e da classe média urbana. Esse é o sentido revolucionário da luta democrática.

Em hipótese alguma, porém, os explorados devem cultivar a democracia burguesa, uma vez que não passa de uma forma de regime político, por meio da qual a burguesia exerce sua ditadura de classe contra a maioria. O golpe contra o PT e Dilma Rousseff se deu justamente nas entranhas da democracia burguesa e do tão elogiado “Estado de direito”. Devemos ter claro, por outro lado, que a bandeira das eleições diretas para remover o governo golpista de Temer tem por função pôr em seu lugar um novo governo burguês, que, sem dúvida, dará continuidade às reformas.

O POR não está por uma frente única em torno da estratégia de constituir um governo burguês “legitimado” pelas eleições. Tal frente se opõe à estratégia de poder do proletariado, que é o da luta por um governo operário e camponês, nascido não por meio de eleições, mas pela luta de classes. Não está por uma frente pela democracia em geral. Uma vez que também é a negação da luta pelo poder por meio da revolução proletária. O POR está por uma frente única contra a condenação de Lula e pelo direito democrático de as massas decidirem o seu destino.

Vincular a não-condenação de Lula à defesa das eleições antecipadas e da democracia burguesa é reduzir a frente única às correntes políticas que estão pela constituição de um novo governo burguês eleito e, em particular, pelo apoio eleitoral a Lula. A defesa de Lula contra a sanha de Moro e da direita golpista não pode ser confundida com a defesa eleitoral de Lula. O combate às medidas policiais e discricionárias tem por conteúdo o direito democrático de Lula se candidatar. Em síntese: trata-se de defender o fundamento da luta de classes de que as massas devem livremente realizar suas experiências com a política burguesa para dela se emanciparem por meio da construção do partido revolucionário, do método da ação direta, do programa e de sua estratégia de classe, revolucionária.

Não se pode desconhecer que o desarme das tendências de luta da maioria oprimida, que se manifestou na greve geral de 28

Manifesto

de abril, rompeu a frente única dos explorados contra as reformas e governo golpista. Certamente, o avanço do combate neste terreno se chocaria com os ataques da direita a Lula e ao PT. O arrefecimento das ações de massa contra as reformas, favoreceu a reação do governo Temer e a decisão de Moro de condenar Lula. A orientação do PT de se defender com os meios e os métodos da democracia burguesa arrastou a CUT, MST, MTST, etc. Política essa que acabará em fracasso, mesmo que a sentença de Moro não seja confirmada.

O POR entende que a crise econômica e política se prolongará e se agravará no próximo período. Temer já fez um grande feito impondo a reforma trabalhista, mas tem pela frente a reforma da previdência. Mesmo assim, representantes do capital financeiro avaliam que será preciso muito mais. O parasitismo da dívida pública cresceu e crescerá ainda mais. Os interesses dos banqueiros, fundos, agronegócios e multinacionais se sobrepõem a qualquer política econômica. As ilusões democráticas, portanto, jogam a favor de governos que sacrificarão profundamente a vida dos explorados.

Não há como fazer a defesa econômica dos explorados constituindo um governo “legitimado” pelas eleições. A experiência demonstrou que o reformismo foi acuado e colocado contra pare-

de pelas forças capitalistas no momento em que passaram os ventos da bonança e chegou o terremoto da crise mundial. Os explorados foram pegos de surpresa e mantidos desarmados pela política de conciliação de classes. A tarefa não é de reproduzir tal experiência, mas a de organizar o proletariado no campo da independência de classe.

O caminho a seguir é o da luta direta, como demonstrou a greve geral de 28 de abril. Embora o curso da crise política ainda esteja incerto, o mais provável é que não ha-

verá eleições antecipadas. As massas não veem por que as eleições as livrariam da aplicação da reforma trabalhista, da terceirização, do desemprego e da miséria.

Com a greve geral, os trabalhadores começavam a ganhar confiança em si próprios. O desvio do movimento e o abandono da luta contra as reformas pelas direções sindicais interromperam essa via da luta de classes. É necessário, portanto, retomá-la. Os enfrentamentos se prolongarão, como se prolongará a crise econômica e política. Uma nova frente de luta deve retomar o importante movimento de abril, organizando comitês de frente única anti-imperialista.

O POR comparece às manifestações convocados pelo PT e aliados não apenas para derrotar a ofensiva reacionária da polícia e da justiça contra Lula e o PT, mas também para defender as reivindicações dos explorados, a independência de classe e uma frente única dirigida contra a burguesia, seu governo, seu Estado e o imperialismo.

Abaixo a condenação de Lula!

Somente a classe operária pode julgar Lula e o PT!

Por um Tribunal Popular!

Reconstituir a unidade grevista para derrubar a reforma trabalhista e da previdência!

Abaixo o governo golpista e corrupto de Temer!

Por um governo operário e camponês!

MANIFESTAÇÃO DO DIA 20 DE JULHO EM SÃO PAULO

O ato em defesa de Lula foi convocado pelo PT, CUT, CTB, UGT, Intersindical, MST, MTST, UNE e outros partidos, como PCO, PCdoB. O objetivo era protestar contra a decisão do juiz Sérgio Moro de condenar Lula a 9 anos e meio de prisão, acusado de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Essa condenação tem como finalidade inviabilizar a candidatura de Lula para as eleições de 2018.

Durante horas, várias lideranças do movimento partidário, sindical, estudantil e popular revezavam em discursos inflamados contra a condenação de Lula, afirmando ser este o principal candidato das esquerdas à eleição de 2018 e que sua condenação é parte da ação golpista praticada contra o PT e as esquerdas. Uma imensa bandeira verde-amarela tomou conta da manifestação, com a frase: “Eleição sem o Lula é fraude”. Sob as palavras de ordem “Fora Temer”, “Diretas Já!”, “Lula Presidente”, “Lula, guerreiro do povo brasileiro”, os porta-vozes do PT exaltavam a democracia que estava sendo “desrespeitada”. Luís Marinho (Presidente do PT/SP), Gleisi Hoffmann (Presidente Nacional do PT), Índio (Intersindical), Orlando Silva (PCdoB), Lindbergh Farias (Senador PT), Antônio Carlos (PCO), Nivaldo Santana (CTB), Douglas Izzo (CUT-SP), Guilherme Boulos (MTST), Gilmar Mauro (Coord. Nacional do MST), Maria Izabel (Pres. da Apeoesp) e muitos outros mesclaram o discurso em favor das eleições com a luta contra as reformas trabalhista e da previdência.

A expectativa da maioria dos presentes era com a chegada de Lula. Seu discurso, com alta dosagem de hipocrisia, encerrou a manifestação. Apontou vários aspectos negativos do governo de Temer; culpou os empresários pela situação de pobreza dos trabalhadores, como o desemprego e a miséria; disse que tanto ele como Dilma provocaram o ódio da “elite”; atacou as reformas e concluiu dizendo: “Esse país



só vai ser consertado quando a gente tiver um governo que não pense só por meia dúzia de ricos...”, “...quando tiver um governo que defenda os trabalhadores”. Deixou claro que a manutenção da democracia burguesa, através da eleição, é a solução dos problemas vividos pela maioria dos trabalhadores. Que o problema do Brasil “não é o Lula, é o Temer”.

O POR (Partido Operário Revolucionário) compareceu à manifestação com seu boletim com a bandeira de não condenação de Lula e pelo direito democrático de concorrer às eleições. Que somente a classe operária e a maioria oprimida poderão julgar o ex-presidente, através da constituição do Tribunal Popular. Quem deve decidir sobre o destino do PT e de Lula não é a polícia, o judiciário e a frente burguesa golpista, e sim as massas proletárias, camponesas e da classe média urbana. Esse é o sentido revolucionário da luta democrática. Comparece, assim, não apenas para derrotar a ofensiva reacionária da polícia e da justiça contra Lula e o PT, mas também para defender as reivindicações dos explorados, a independência de classe e uma frente única dirigida contra a burguesia, seu governo, seu Estado e o imperialismo.

Para que serviram as manifestações de 20 de julho?

Está claro para o Partido Operário Revolucionário (POR) a necessidade de rechaçar a condenação de Lula pelo juiz Sérgio Moro. Aqueles da esquerda que se colocaram a favor da punição, em nome do combate à corrupção, cometem um grave erro. Aqueles, por sua vez, que se colocam na defesa de Lula, sob a bandeira da democracia e da candidatura do caudilho petista, expressam a política de adaptação do reformismo ao capitalismo. Há aqueles ainda que procuram a neutralidade, dizendo que não é um problema dos trabalhadores.

Nota-se que, no campo da burguesia, houve apupos a Moro pela sentença condenatória. Neste mesmo campo, algumas vozes foram cautelosas. O fato que prevaleceu amplamente foi o apoio ao veredicto do juiz. A classe média alta se somou às vozes da direita burguesa. As camadas mais pobres da classe média, dos camponeses e a classe operária não se perfilarão atrás da condenação. Por outro lado, se mantiveram, em grande medida, distantes. Não veem motivos para saírem ativamente em defesa de Lula, embora não estejam

com a condenação. A experiência negativa com os governos do PT criou uma grande desconfiança, ainda que Lula tenha importante apoio eleitoral.

É preciso considerar que a decisão de Moro se deu no momento em que o governo golpista de Temer se batia e se bate nas profundezas da crise política. Está aos olhos da população que a podridão da política burguesa é ampla e abrangente a todos os partidos da ordem. Não passou despercebido que, no mesmo momento em que Lula recebia a condenação, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) inocentava o bandido Temer. Vimos a indignação entre os populares quanto à condenação de um e a absolvição de outro. Apesar das deformações na consciência das massas promovidas pela imprensa burguesa, estas não esconderam o sentimento de pesar em relação ao destino de Lula e de ódio à continuidade de Temer como presidente da República.

Sem a possibilidade de a classe operária em movimento pôr em pé um Tribunal Popular para fazer seu próprio julgamento

sobre a conduta política de Lula e do PT, os explorados não puderam e não podem dar sua resposta. Ou seja, uma resposta distinta das disputas interburguesas, na qual o PT comparece como derrotado por meio do golpe de Estado. A condenação de Lula é parte do impeachment que derrubou Dilma Rousseff da presidência e defenestrou o PT da estrutura de poder. Apesar dessas condições, é preciso denunciar a condenação de Lula, sua possível prisão e interrupção de sua vida política institucional como antidemocrática, como resultado de uma ação jurídico-policial desfechada por setores da burguesia.

Sob a bandeira de não condenação de Lula e em defesa de um Tribunal Popular é que o POR compareceu às manifestações convocadas pelo PT e pela Frente Brasil Popular. Infelizmente, os frentepopulistas estavam por projetar a candidatura de Lula. De nossa parte, não confundimos a luta política contra a ofensiva ditatorial da direita burguesa com os objetivos burgueses do PT de arregimentar os explorados por trás da candidatura de Lula. O próprio caudilho do PT respondeu à sua condenação com o argumento de que “deixe que o povo me julgue”. O conteúdo desse lema é tão somente eleitoral.

O resultado das manifestações ficou muito aquém da expectativa de seus organizadores. Somente em São Paulo, a manifestação na Av. Paulista, que contou com a presença de Lula, teve alguma repercussão. No geral, fracassou o intento de colocar o ex-presidente sobre os ombros do “povo”. Os apoiadores da condenação tomaram as manifestações com sarcasmo e zombaria. No entanto, o problema não se limita ao número de presentes, mas principalmente à resposta política que foi a de exaltar Lula como o grande líder popular capaz de constituir um novo governo que mudaria o curso da crise econômica e política. De maneira que os oradores usaram a tribuna como se estivessem em um comício de campanha eleitoral, oposta a uma tribuna de combate à burguesia, a seu judiciário, sua polícia e seu Congresso Nacional golpista.

O fracasso dessas manifestações eleitoreiras evidenciou que por esse caminho não haverá combate ao governo golpista de Temer e ao aparato da ditadura de classe da burguesia. O pronunciamento de Lula não passou de



Sob a bandeira de não condenação de Lula e em defesa de um Tribunal Popular é que o POR compareceu às manifestações convocadas pelo PT e pela Frente Brasil Popular. Infelizmente, os frentepopulistas estavam por projetar a candidatura de Lula.

De nossa parte, não confundimos a luta política contra a ofensiva ditatorial da direita burguesa com os objetivos burgueses do PT de arregimentar os explorados por trás da candidatura de Lula.

uma peça oratória demagógica sobre seu governo e de exaltação da política de colaboração de classes. Criticou a reforma trabalhista e a previdenciária de Temer, mas deixou claro que é a favor de reformas, desde que sob um governo “legítimo” e discutidas entre as partes. Qualquer que seja a reforma que parta de um governo burguês, do Congresso Nacional e da classe capitalista, virá contra as necessidades mais elementares dos explorados.

Assinalamos em nosso Manifesto distribuído na manifestação que a greve geral de 28 de abril foi um marco na luta contra as reformas antinacional e antipopular do governo golpista. No entanto, a burocracia sindical desativou o movimento e assim permitiu que Temer se equilibrasse em meio à

tempestade política e o Senado concluísse a votação da reforma trabalhista. Essa era a única via por onde passaria a derrota do governo reacionário e o combate contra a ofensiva antidemocrática da direita burguesa. Direita oligárquica, que segue os ditames do capital financeiro e do imperialismo. A CUT, braço sindical do PT, ao contribuir com o desarme da luta operária, é responsável pelo fato de Temer ter se mantido em pé, a reforma trabalhista ser aprovada e Sérgio Moro punir Lula com a condenação. A manifestação da Av. Paulista passou completamente à margem das necessidades e das reivindicações dos explorados, que os levam a se chocar com a burguesia e seu governo, como ficou demonstrado no 28 de abril.

A política do PT e de seus aliados da Frente Brasil Popular mantém, assim, a defesa de Lula no terreno da burguesia. Está aí por que o presente e o futuro de Lula não estão nas mãos da classe operária. Desde o momento em que se integraram na política burguesa e passaram a sustentar o capitalismo, tornaram-se inimigos do movimento independente e revolucionário das massas. A própria condenação de Lula sem resistência resulta dessa integração.

Sabíamos perfeitamente que as manifestações em defesa de Lula não se dariam no terreno da luta de classes. Mas era preciso sua concretização. Infelizmente, o PT, a Frente Brasil Popular e movimentos que seguem Lula expuseram diante de seus adversários a impotência. A manifestação sequer foi capaz de projetar como luta democrática contra a ofensiva dos setores mais reacionários da burguesia.

Ficou demonstrado que a luta da classe operária não passa pela defesa de Lula, mas por suas reivindicações contrárias às demissões em massa, ao desemprego, às reformas, à miséria e à fome. A defesa da bandeira democrática contra a condenação de Lula deve se subordinar à luta independente e unitária da maioria oprimida contra o governo, o Congresso Nacional e a classe capitalista. E não o contrário, como tem feito o PT, sua burocracia sindical e a Frente Brasil Popular.

R\$5

Adquira com o distribuidor de Massas:

100 anos da Revolução Russa
Assimilar os fundamentos do leninismo

PCO

A que custo?

Mais uma vez, o PCO teve acesso à tribuna da Frente Brasil Popular e do PT. Desde o processo de impeachment de Dilma Rousseff, Rui Costa Pimenta levou seu partido a se aproximar mais e mais do PT. Teve a palavra nos dois últimos atos do 1º de Maio da CUT. Tem sido convidado para debates e participou do 6º Congresso do PT, no início de junho. Na manifestação de 20 de julho, na Av. Paulista, se apresentou ao lado dos principais representantes do PT, da Frente Brasil Popular, CUT, UGT, CTB e de Lula. Essa façanha não sai de graça, tem um custo político.

O PCO vem se colocando sob a diretriz do PT, de sua burocracia sindical e da Frente Brasil Popular. Enfileirou-se por detrás da estratégia de enfrentar a crise e a ofensiva da direita burguesa no terreno institucional. A sua linha condutora é a de derrotar o golpe de Estado, anulando o impeachment e reconduzindo Dilma ao poder. Está aí por que seu orador no ato da Paulista, Antônio Carlos, iniciou seu pronunciamento chamando as forças presentes a impulsionar uma campanha de assinaturas para entrar como uma “ação popular” no Supremo Tribunal Federal de anulação do impeachment. Concluiu com o chamado à CUT para uma greve geral de 48 horas. Assim, se colocou contra a condenação e defendeu a candidatura de Lula, saltando da proposta de um abaixo-assinado para uma greve geral; indo da bandeira do “Volta Dilma” à da candidatura de Lula. Em resumo: um discurso inflamado pela forma e gelatinoso pelo conteúdo oportunista.

A conduta política de falar aquilo que os reformistas e burocratas querem ouvir e metralhar as correntes de esquerda aumentou a consideração da direção do PT e da Frente Brasil Popular para com o PCO. De um lado, um arrivismo pegajoso, de outro, o sectarismo vociferante. Os petistas e frentepopulistas simplesmente aturam a bandeira quixotesca de “anulação do impeachment”. Pode falar à vontade sobre a tese de que a derrota dos golpistas depende da volta de Dilma, porque não afeta a estratégia do PT de se reorganizar como oposição burguesa. Objetivo esse que cabe perfeitamente bandeiras de “eleições antecipadas” e do “Fora Temer”.

O chamado à CUT, CTB e à Frente Brasil Popular para que convoquem a greve geral de 48 horas chegou aos ouvidos dos burocratas como uma canção de ninar. O ataque exclusivo à Força Sindical, por estar negociando a reforma trabalhista com o governo, foi típico de um filisteu. Ao lado do orador do PCO estava a UGT que compartilha com a Força Sindical as negociações com o governo golpista. Neste caso, Antônio Carlos não se dirigiu aos burocratas da UGT, que participavam do mesmo palanque, como traidores.

O fundamental, no entanto, está no fato de ocultar a traição da burocracia da CUT, do PT e da Frente Brasil Popular. Não foi a mesma traição da Força Sindical e da UGT, que passaram a “negociar” com Temer medidas provisórias à reforma trabalhista e o desarme da luta grevista. Foi a traição aos interesses dos explorados ao subordinar a luta contra as reformas ao movimento pequeno-burguês e à estratégia burguesa de “diretas já”.

O PCO não tem como rechaçar a política geral do PT, uma vez que dela compartilha estrategicamente. O argumento de que a defesa de Lula e de sua candidatura, por ser “a maior liderança popular o país”, corresponde à defesa dos explorados contra as reformas trabalhista e previdenciária, coloca o PCO no terreno da política

reformista e de conciliação de classes do PT e da Frente Brasil Popular. Trata-se de um vínculo criado por PCO, que necessita dar sentido ao seguidismo à Frente Brasil Popular. A greve geral de 28 de abril mostrou claramente que a classe operária e os demais explorados se uniram em defesa de suas bandeiras e se colocaram em choque com o governo golpista por meio da luta de classes. Esse era o curso a ser seguido, mas que foi desativado em função do desvio constituído em torno da bandeira de “Fora Temer e diretas já”, de um lado, e pela sabotagem da Força Sindical e UGT, de outro.

PCO passa uma borracha nas experiências que os explorados tiveram com 13 anos de governo petista. Período em que se promoveu amplamente a política de conciliação de classes, cujo resultado foi uma integração generalizada das centrais e dos sindicatos ao Estado. Uma grande parcela da classe operária e dos demais trabalhadores passou a desconfiar dos governos petistas e de seu caudilho Lula, não apenas devido aos escândalos de corrupção que vieram à tona no embate interburguês no seio do Estado, mas principalmente porque foi revelado diante de seus olhos o conteúdo burguês de sua política. Não é preciso ressaltar o assistencialismo anestesiante, a hipocrisia da “inclusão social e a farsa do “desenvolvimento sustentável com distribuição de renda”. É preciso deixar claro que sob os governos petistas as medidas capitalistas de flexibilização do trabalho avançaram e o ataque iniciado com Fernando Henrique Cardoso à previdência não cessou. Duas medidas de Lula, em particular, reforçaram o aparato estatal contra o proletariado, camponeses e a juventude pobre: o envio de tropas brasileiras para o Haiti (2004), que usaram esse país submetido ao domínio imperialista como laboratório para uma força militar especial de intervenção na luta de classes; e a criação da Força Nacional de Segurança Pública (também em 2004). O uso desse aparato policial-militar tem sido recorrente, para conter as greves e aterrorizar as populações pobres e miseráveis que suportam a decomposição social e convivem com a criminalidade. Bastam essas experiências para combater toda e qualquer variante política que sirva ao reformismo e à conciliação de classes.

De forma alguma, a defesa da vida dos explorados e a derrocada do governo golpista depende da presença de Lula nas eleições e da recomposição do PT como força oposicionista. Qualquer ilusão nesse sentido serve de obstáculo à luta pela organização independente da classe operária, à libertação de suas organizações sindicais das burocracias petistas, forcionistas e frentepopulistas e à constituição de organismos de base, voltados à luta de classes.

O seguidismo de PCO ao reformismo não é novo. É consequência do abandono prematuro da estratégia da revolução e ditadura proletárias e, portanto, da bandeira do governo operário e camponês. Lembremos que a Causa Operária armou um fetiche em torno de Lula como “maior liderança popular”, o que a levou a formular a bandeira de “Vote em Lula por um governo dos trabalhadores”. Fizemos a crítica no seu devido momento, demonstrando a virada oportunista de Causa Operária ao engavetar a estratégia do governo operário e camponês e substituí-la pela de governo dos trabalhadores. O seu atual arrivismo perante a Frente Brasil Popular e a retomada do fetiche lulista é apenas uma consequência ditada pelas novas condições da crise econômica e política.

Que frente é necessária?

A pergunta refere-se à reunião de 18 de junho, que discutiu o caminho a tomar diante da crise do PT e, em particular, da possibilidade de Lula não se candidatar em 2018. Segundo a notícia divulgada pelo Jornal *O Estado de São Paulo* (25/6), Guilherme Boulos, dirigente do MTST, promoveu a reunião que contou com integrantes do PSOL, PT, MAIS e representantes de movimentos sociais. A matéria “Espanha inspira criação de frente partidária” foi questionada por Valério Arcari, do MAIS – corrente recentemente constituída a partir de uma cisão do PSTU – em dois aspectos. 1) diz que “o espaço não foi convocado para conformação de um novo partido, como dá a entender em sua abordagem”; 2) diz que a citação de seu pronunciamento deve ser retificada por “*Se não construirmos uma alternativa ao lulismo pela esquerda o impacto da desmoralização vai gerar um inverno siberiano*”. Parece-nos que apenas a segunda retificação é procedente. Desde o título até o desenvolvimento do artigo, a ideia é de que a reunião discutiu como a esquerda deve intervir nas eleições. Certamente, esse tipo de aproximação deve ter subjacente a ideia de um novo partido. Mas discutir hipóteses a partir dessa reunião traz o risco de especulação.

O nosso interesse pela reunião está em compreender a crise política, que atinge em particular as denominadas esquerdas. Esse conceito é amplo e ambíguo. Em nossa visão, é que se trata de frações do reformismo e do centrismo. O PSOL é um partido pequeno-burguês reformista surgido do PT. O MAIS é uma fração que se gestou no seio do centrismo e que concluiu com o fracionamento do PSTU. A presença de Tarso Genro e de José Eduardo Cardozo, que pertencem à corrente interna ao PT, expõe a crise do PT. Guilherme Boulos é um pequeno caudilho que está próximo do PSOL e que guarda boas relações com o PT. Esse é o quadro que compôs a reunião, segundo o que pudemos depreender da notícia. Diz o artigo que “*ficou acertada a realização de um ciclo de debates com o objetivo de elaborar um programa de governo que seria a base para outros passos do movimento*”.

Foram feitas referências às experiências do “Podemos” da Espanha e da “Geringonça” de Portugal. A seguinte avaliação de Tarso Genro mostra já de início um desacordo: “*Acho que a nossa analogia, hoje, é mais com o que ocorre em Portugal do que com a Espanha*”. Tudo indica que a articulação de Boulos objetiva aglutinar as forças de esquerda presentes em torno da candidatura de Lula. Para isso, apresentariam “um programa de governo”. No caso de Lula não sair como candidato, influenciariam na escolha de um substituto, que também deveria se comprometer com o programa de governo. Tem sentido a manifestação do ex-deputado Milton Temer que, após a reunião, defendeu que, se Lula fosse impedido de se candidatar, o PSOL poderia filiar Boulos e lançá-lo como candidato das esquerdas.

Nota-se que o fundamental da reunião esteve voltado para

2018. Se Lula estiver impedido de se candidatar, vai ser um grande problema para as esquerdas reformistas e centristas. Se Lula, por ventura, escapar da condenação, também vai ser um corre-corre entre essas correntes. Na base da reunião, está a gigantesca crise política institucional, burguesa. Não há possibilidade à vista de o PSOL ocupar o lugar do PT. Tudo indica que não há como o PT reaver sua pujança alcançada com a eleição de Lula em 2002. A ideia que subjaz a essa dificuldade é a de como unir as forças ditas de esquerda, que vão do PSOL ao PT. Como a experiência governamental do PT foi desastrosa para seus seguidores ou semi-opositores, agora, precisam de um “programa de governo” para justificar a continuidade do arrivismo eleitoral.

O POR diverge e rechaça essa via, que está na contramão das necessidades da classe operária e dos demais explorados. As ilusões no petismo e no lulismo já custaram caro aos assalariados, aos camponeses e à juventude pobre. Incentivar as ilusões democráticas em torno da recomposição da oposição burguesa reformista serve de desvio e de trava à luta independente dos explorados. Acabamos de sofrer uma grande derrota com a aprovação da reforma trabalhista.

Tudo indica que não há como o PT reaver sua pujança alcançada com a eleição de Lula em 2002. A ideia que subjaz a essa dificuldade é a de como unir as forças ditas de esquerda, que vão do PSOL ao PT. Como a experiência governamental do PT foi desastrosa para seus seguidores ou semi-opositores, agora, precisam de um “programa de governo” para justificar a continuidade do arrivismo eleitoral.

Derrota essa que não pode ser atribuída à falta de disposição de luta das massas. Ocorre que sob a direção dos reformistas e de sua burocracia sindical não há como utilizar toda sua capacidade social na luta de classes. A tarefa é a de constituir uma direção revolucionária, custe o que custar, demore o quanto demorar. O programa que a classe operária precisa não é o programa de governo, defendido por Boulos a ser apresentado nas eleições.

Assinalamos de passagem que já foi lançado o Plano Popular de Emergência, elaborado pela Frente Brasil Popular, que serve ao PT. Lula foi eleito com o programa de desenvolvimento nacional independente, de distribuição de renda e inclusão social. Tudo que dizia respeito aos explorados se resumiu ao assistencialismo e às limitadas medidas que nem de longe aliviaram a miséria e a fome de amplas camadas da população. A rigor, o programa reformista do PT serviu de máscara para a política de sustentação do capitalismo e de apoio a setores da burguesia.

Temos de lutar no seio da classe operária com o programa da revolução proletária, desenvolvendo a capacidade de luta dos explorados, organizando os movimentos sobre a base de uma plataforma de reivindicações que se opõe à exploração do trabalho e à opressão sobre os camponeses, libertando os sindicatos da burocracia venal e fortalecendo a consciência socialista dos trabalhadores. A frente que precisamos é aquela que une a maioria oprimida em torno da classe operária por meio da ação direta e da organização independente. Há que se trabalhar pela constituição da frente única anti-imperialista, com a qual o proletariado reunirá forças para enfrentar a burguesia interna e os saqueadores externos.

Crítica ao Plano Popular de Emergência – parte I

Com o impeachment de Dilma Rousseff e derrocada do PT, os reformistas se colocaram por se reorganizar como oposição eleitoral à frente golpista e ao governo Temer. Ao mesmo tempo em que se viram empurrados a condenar as reformas antinacional e antipopular, organizando manifestações e a greve geral de 28 de abril, passaram à campanha pela antecipação das eleições presidenciais, sob a bandeira de “Fora Temer e eleições já”.

A baixa votação nas eleições municipais de 2016 constrangeu os petistas. Parecia que não conseguiria se reconstituir em curto prazo. Ocorre que o golpe institucional não cessou a crise econômica e política. O governo golpista tem sido diariamente bombardeado pelas mesmas denúncias de corrupção, que atingiram altas figuras do PT, incluindo Lula. Temer caminha de impasse a impasse, o que tem ajudado o PT a manter a chama oposicionista e o apoio de importantes camadas populares.

É nesta circunstância que a Frente Brasil Popular lançou, em 19 de maio de 2017, o “Plano Popular de Emergência”. Segundo informações, foi discutido pelos denominados movimentos populares e os tais dos intelectuais orgânicos. João Pedro Stédile, do MST, é um de seus entusiastas defensores. É certo que o PT e a candidatura de Lula são seus pilares. O PCdoB, que se manteve ao lado do PT contra o impeachment, também faz parte do movimento em torno do “Plano Popular de Emergência”.

O documento não evidencia as relações de classes e que classe se pretende como dirigente da Frente Brasil Popular. O conceito de Frente Popular foi criação do estalinismo, no 7º Congresso da III Internacional, em agosto de 1935. O seu fundamento estratégico é o de constituir um governo de coalizão com o partido ou partidos burgueses considerados progressistas. Está aí por que o seu conteúdo econômico, político e social é o da colaboração de classes. Na América Latina, tivemos a trágica experiência do governo de Unidade Popular chileno entre o Partido Comunista e o Partido Socialista burguês. O programa da Frente Popular é reformista.

O “Plano Popular de Emergência” assim se caracteriza. Na realidade, não traz grandes novidades. Trata-se de uma recopilção de antigas posições petistas. A experiência do governo de coalizão do PT com partidos da burguesia, muitos deles direitistas, não afetou em nada os sonhos de reforma do capitalismo semicolonial brasileiro e de conquista da soberania nacional sem tocar no domínio das multinacionais dos ramos chaves da produção.

Nossa análise ao “Plano Popular de Emergência”, em grande medida, reafirma a trajetória de nossas críticas ao reformismo e à política de conciliação de classes do PT. É visível a influência do velho estalinismo, que manteve como herança a casca oca do seu suposto comunismo e a embrulhada do nacionalismo burguês sobre o reformismo petista, que é programaticamente anticomunista.

O documento inicia arvorando-se como se o PT e aliados da Frente Brasil Popular fossem uma força capaz de “restabelecer a ordem constitucional democrática, defender a soberania nacional, enfrentar a crise econômica, reverter o desmonte do Estado e salvar as conquistas históricas do povo trabalhador”. Já na introdução, oculta que o golpe

que derrubou o governo de Dilma Rousseff pôs às claras a impotência do reformismo diante da gigantesca crise econômica e do movimento burguês golpista. Lula para ser eleito em 2002 teve de assinar um compromisso com o grande capital, consubstanciado na Carta aos Brasileiros. Com esse compromisso, teve acesso ao rico financiamento de campanha eleitoral.

Basta a ausência de qualquer referência à constituição do governo de Lula em coligação com partidos da burguesia para se ver que o “Plano Popular de Emergência” é demagógico. Sua função é de evitar a desagregação do chamado “campo democrático e popular”, que serviu ao governo burguês de Lula. Sem a recuperação do tombo levado pelo PT, seus aliados ficam órfãos. Não por acaso, se concebe circunstancialmente a ideia de uma frente popular mais restrita à esquerda, que inclui parte do PSB e PDT. Os frentepopulistas almejam uma aproximação com o PSOL.

O Plano considera que a “antecipação das eleições presidenciais para 2017” é a porta de entrada para se “criar uma correlação de forças favorável a oportuna convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte”. Não explica que “correlação de forças” é essa que seria tão favorável. Trata-se de uma abstração que reflete a ausência de um balanço sobre os 13 anos de governo petista, que para governar esteve coligado com o antigo PL do empresário José Alencar, PMDB e uma renque de partidos direitistas. Esses mesmos aliados foram responsáveis pelo golpe de Estado. Qualquer partido que ocupe a presidência da República está atado a uma ou mais frações da classe capitalista. Não haverá uma Assembleia Nacional Constituinte a não ser que seja por necessidade da própria burguesia.

Lembremos que a própria Dilma, diante dos protestos de junho de 2013, recorreu à ideia de convocação de um plebiscito para que a população decidisse se queria ou não uma Constituinte para promover uma reforma política. Nas eleições de 2014, votou a bater na tecla. O PT, PCdoB, MST, MTST, CUT, UNE, etc. organizaram um movimento “Plebiscito Constituinte” e entregou em uma audiência solene mais de 7 milhões de assinaturas. Feitos os discursos sobre a necessidade da reforma política, bastaram os discursos da oposição para Dilma engavetar as assinaturas. O movimento dito popular morreu aí, mas serviu de campanha eleitoral para o PT. Depois do golpe, a Frente Brasil Popular volta à mesma promessa ilusória. Agora, almejando “refundar o Estado de direito e estabelecer reformas estruturais democráticas”. O PT, antes de Lula ser eleito, prometia constituir um governo de “aliança democrático popular” para democratizar o Estado e livrá-lo do domínio da oligarquia. Fez exatamente o contrário. O PT se aproximou de frações da velha oligarquia nordestina e de setores da burguesia nacional, de forma que deitou âncora no oceano do grande capital. Dilma foi defenestrada graças à ruptura da aliança oligárquica que sustentava o seu governo.

Os frentepopulistas se agarram numa caricatura de Assembleia Constituinte para realizar “reformas estruturais necessárias” e assim “romper com o modelo de capitalismo dependente”. Neste objetivo, subjaz a velha fórmula da revolução democrática

tico burguesa, que serviu à política de colaboração de classes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), estalinista. Evidentemente piorada porque decorre de ficções eleitorais. Ocorre que os reformistas e estalinistas de toda a laia ou são adversários ou renegam a revolução proletária. No fundo, não passam de socialdemocratas tingidos de nacionalistas. É o que está expresso no oitavo parágrafo da introdução do “Plano Popular de emergência”, que retoma a tese do intelectual Celso Furtado sobre o “projeto nacional de desenvolvimento”. Imaginam um governo que enfrente “a desigualdade de renda” e estabeleça “um modelo social baseado no bem-estar e na democracia”. O que há de sui generis neste programa reformista é a fusão do nacionalismo semicolonial e da socialdemocracia europeia imperialista.

Nota-se que seus redatores não pretendem ser identificados nem com os velhos nacionalistas, nem com a velha socialdemocracia. Então recorrem à alquimia da fusão. Tal fórmula bastarda tem por base precisamente o esgotamento histórico do nacionalismo burguês nas semicolônias e da socialdemocracia nas potências imperialistas. Esgotamento que indica o capitalismo da época do capital financeiro e dos monopólios mundiais, que conformam a última etapa do desenvolvimento do capitalismo, que é o imperialismo. Trata-se do capitalismo em decomposição, como fundamentou com a máxima precisão Lênin.

O Plano consta de 10 pontos. O primeiro diz respeito à “democratização do Estado”. Trata de cinco aspectos: 1) antecipação das eleições; 2) reforma política; 3) revisão da lei do impeachment; 4) democratização da mídia; 5) democratização do poder judiciário. Dispensa comentários sobre que força social realizará tal “democratização”, já nos referimos anteriormente. Os cinco aspectos nem de longe representam uma real democratização. Tão somente amenizam os acentuados traços oligárquicos da democracia burguesa no Brasil. Antecipação das eleições presidenciais não assegura a vitória da Frente Brasil Popular. Antes

Os frentepopulistas se agarram numa caricatura de Assembleia Constituinte para realizar “reformas estruturais necessárias” e assim “romper com o modelo de capitalismo dependente”. Neste objetivo, subjaz a velha fórmula da revolução democrático burguesa, que serviu à política de colaboração de classes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), estalinista. Evidentemente piorada porque decorre de ficções eleitorais.

de tudo, se fossem antecipadas, não faria senão reordenar as forças burguesas no Estado diante da brutal crise econômica e política e alimentaria as ilusões nos explorados de que a democracia estaria restabelecida. Trata-se de uma das variantes da estratégia burguesa para a crise que se agravou após o impeachment

de Dilma. A reforma política tem no centro de sua formulação o “financiamento público exclusivo de campanhas eleitorais”. Os demais aspectos são firulas. O PT está diante de um grande problema que é o de como arranjará montanhas de dinheiro para competir nas ricas campanhas eleitorais. O terceiro aspecto, que é o da revisão da lei do impeachment, é escandalosamente antidemocrático. O impeachment em qualquer circunstância é um instrumento de cassação dos votos das massas que elegeram o governo. Numa plataforma reformista, se esperaria pelo menos a revogação da lei do impeachment. Mantê-lo, cercado-o de “referendos revogatórios para todos os cargos executivos e realização de plebiscitos impositivos (...)” serve para embelezar

esse instrumento de golpe de Estado. O quarto, a “adoção de legislação e erradicando a propriedade monopolista dos meios de comunicação (...)” não passa de demagogia. Os monopólios dos meios de comunicação são parte da estrutura monopolista do capitalismo. Nenhuma legislação porá fim aos monopólios. Mais ainda. Jamais se imporá à burguesia brasileira uma legislação antimonopolista, a não ser que esta seja derrubada do poder. O último aspecto, que é o da “democratização do poder judiciário”, é extremamente acanhado. Advoga-se “o estabelecimento de mandatos para ministros das cortes superiores”. É certo que ao acabar com o mandato vitalício se extingue um dos traços oligárquicos do judiciário. Mas para de fato democratizar é preciso que os magistrados sejam eleitos pela população e que estejam sujeitos à revogabilidade do mandato.

Dado o limite do artigo, no próximo Jornal Massas faremos a conclusão.

Pernambuco

Balanço da greve dos rodoviários da Grande Recife

A greve dos rodoviários foi encerrada burocraticamente no dia 5 de julho, após a decisão do Tribunal do Trabalho de Pernambuco. A reivindicação de 12,5% de reajuste com aumento real, 25% no ticket alimentação e não demissão dos cobradores foi respondida pela justiça com a determinação de um reajuste de 6% no salário (que nem cobre a inflação) e 8% no ticket (miseráveis R\$ 18 a mais). A importante reivindicação da defesa dos empregos, que em 10 e 11 de abril motivou uma greve na empresa Caxangá, foi desconsiderada.

O consórcio das empresas (um verdadeiro cartel) agrupado no sindicato patronal Urbana ganha rios de dinheiro às custas da exploração dos rodoviários e metendo a mão nos bolsos dos usuários. Neste ano, o aumento da passagem foi de 14,26% e o governador Paulo Câmara (PSB) ainda garante gordos subsídios. O lucro de 2016 a 2017 foi 8,77% maior que o do ano passado.

Apesar da direção, a greve mostrou força

A direção (Força Sindical) fez de tudo para impedir que o movimento se entroncasse com a greve geral de 30 de junho. Alegando que prejudicaria o dissídio, jogou o início da greve para 3 de julho. Mesmo assim, parte da categoria, liderada pela oposição (CSP-Conlutas) parou seus veículos na ponte Duarte Coelho, no centro do Recife, formando uma fila indiana que paralisou o trânsito na região por algumas horas. A direção pelega saiu prontamente na imprensa acusando a “irresponsabilidade” da oposição.

No dia 3, a greve começou com grande adesão. A empresa tinha dificuldade em garantir os 30% de funcionamento, pois não havia motoristas disponíveis. A maior parte dos trabalhadores ficou em casa. Os poucos que circulavam eram questionados pelos companheiros: “então, os 4% da patronal tá bom pra você?”. Alguns justificavam o medo de ser deslocado de suas linhas, mas

eram lembrados que o rodízio de linha já é realidade e os padrões têm cada vez mais controle sobre a jornada, como se o trabalhador fosse uma coisa usada conforme a conveniência do patrão para depois ser descartada.

Não havia atividades propostas pela direção, deixando o movimento na passividade e o controle dos rumos da greve nas mãos dos burocratas pró-patronais. A direção, por sua vez, transferiu o poder de decisão à justiça burguesa.

Ante a decisão do TRT, decretou a volta ao trabalho, sem nenhuma assembleia para avaliar a greve e deliberar coletivamente sobre a continuidade. Enquanto os sindicalistas pelegos saíram afirmando que "decisão judicial não se discute, se cumpre", a patronal age de outra forma. Já recorreu em Brasília para pagar ainda menos e os salários vieram com um reajuste bem menor do que foi determinado pelo TRT. É urgente retomar as mobilizações, pelo salário, mas principalmente pelo emprego. De dezembro a março, foram 70 demitidos. Nos meses seguintes, o facão continuou ceifando os empregos. E a patronal quer acabar com a função de cobrador.

O POR participou de um dos atos em frente ao TRT, distribuiu um manifesto de apoio à greve, mostrou o vínculo das reivindicações da campanha com a defesa do salário mínimo vital, escala móvel de empregos e estatização do transporte coletivo, sob o controle operário. Apontou a necessidade de vincular a greve com

a luta nacional contra as reformas de Temer e seu governo. Propagandeou a defesa de uma estratégia própria de poder, o governo operário e camponês, fruto da revolução proletária.

Por que o movimento foi derrotado?

Havia disposição de luta. Porém, faltou uma direção combativa, classista e regida pela democracia operária. Faltou a categoria impor na assembleia a formação do comando de greve eleito pela base. Faltou transformar a adesão passiva em participação ativa e organizada. Em vez da espera da ação da justiça, os rodoviários deveriam ter tomado em suas mãos os rumos do movimento e usado os métodos da ação direta. Faltou fortalecer a união com outras categorias e vincular o movimento com a luta geral para por abaixo as reformas trabalhista, da previdência e o governo golpista e corrupto de Temer.

Quais os próximos passos?

É preciso rearmar o movimento. Organizar-se em cada garagem e terminal. Responder coletivamente às demissões que continuam a ocorrer. Fortalecer a oposição para poder passar por cima da direção burocrática que hoje freia a força da categoria, dificultando que possa arrancar as reivindicações da patronal e do governo.

Ceará

OPERÁRIOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL TERMINAM GREVE COM REAJUSTE REBAIXADO

No dia 25/07 encerrou-se a greve da construção civil, que durou 19 dias. O acordo firmado entre o sindicato dos trabalhadores (STICCRMF) e a patronal (Sinduscon-CE), mediado pela Procuradoria Regional do Trabalho, resultou em reajuste de 4,69% para todos os profissionais (servente, pedreiro, bitoneiro etc). A cesta básica teve reajuste de 14,2% indo de R\$ 119 a R\$ 136 e o retroativo do reajuste e da cesta básica serão pagos do dia 4 de gosto. A reivindicação quanto ao auxílio combustível será estudada por uma comissão entre as partes, embora haja acordo formal de que seja incluída na convenção coletiva de trabalho.

Dados os resultados e acordos acima, é possível fazer um balanço vitorioso da greve? Não, o mais correto é dizer que a greve dos operários terminou com conquistas mínimas. A direção do Sindicato, filiado à Conlutas (PSTU/MAIS), iniciou a campanha salarial dizendo que não aceitaria reajuste abaixo da inflação e reivindicando 8%. A patronal, intransigente, ofereceu contraproposta de míseros 4%. Diante da intransigência dos capitalistas da construção civil a resposta do sindicato foi... rebaixar sua reivindicação para 5%! O dissídio coletivo instaurado a pedido dos patrões, mas desejado pelo STICCRMF, deu menos ainda: 4,69%. É indiscutível que o Ministério Público do Trabalho (MPT) agiu para beneficiar os odiados patrões, e que os trabalhadores nada têm a ganhar com o dissídio. Trata-se de um episódio já corriqueiro nas greves da construção civil. A Conlutas, no entanto, tem se mostrado incapaz de fazer um balanço crítico desta experiência. Ao contrário, há muito tem alimentado ilusões nesta via.

Os patrões reagiram à greve com perseguições, corte de salários e até mesmo com lockout (paralisação das obras) para

evitar que os grevistas tivessem acesso aos operários nos canteiros. Ofereceram um reajuste de fome sobre um salário já indignante. A cesta básica, ainda que tenha chegado a R\$ 136,00, é um atestado vergonhoso de espoliação inescrupulosa do trabalho operário. O auxílio combustível não passará de letra morta na convenção coletiva de trabalho, com os patrões impondo critérios rigorosíssimos para ser concedido. O máximo que se conseguiu para amenizar a situação penosa que virá em agosto, em razão dos cortes de salários, foi o acordo para que os patrões pagassem no dia 04/08 as diferenças do reajuste e da cesta básica, retroativas aos 6 primeiros meses do ano.

Na massiva assembleia que encerrou a greve, uma minoria levantou os braços votando pela rejeição da proposta patronal, aceita pela direção do sindicato; queriam continuar o movimento. Mas este só poderia derrotar o odiado Sinduscon se, por um lado, pudesse radicalizar-se e ocupar canteiros de obras, e, por outro, se pudesse receber o apoio de outras categorias para romper o isolamento. Os trabalhadores rodoviários, sob a direção da Conlutas, mesmo na impossibilidade de realizar campanhas salariais conjuntas, poderiam ter sido chamados a prestar um apoio ativo à greve. Mas nada disso se passou. Nos terminais nada se viu.

A greve mostrou que este importante segmento da classe operária esteve disposto à luta e que voltará à ação diante dos profundos ataques desfechados pelos governos e os capitalistas. Seu limite encontra-se na direção eleitoreira, inconsequente e disposta a aceitar migalhas. Por isso, a tarefa dos trabalhadores da construção civil é, além de se organizar para os futuros combates contra o governo golpista e suas reformas antinacional e antipopular, forjar uma fração revolucionária na classe.

Rondônia

Militarização das escolas públicas

O projeto de militarização das escolas públicas em Rondônia está andando a passos largos. Há três anos, no distrito de Jaci Paraná, foi implantada numa escola estadual, via decreto do governador Confúcio Moura/PMDB. Usou como justificativa o controle da polícia militar na escola Tiradentes, em Porto Velho. Nessa escola Tiradentes, a administração é toda de militares e somente os professores são cedidos pela Secretaria Estadual de Educação – SEDUC. Esse projeto vem tomando fôlego desde 2016. No dia 04/07/2017, a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Júlio Guerra foi militarizada e teve o novo diretor oficializado em Ji-Paraná. A partir de julho, a escola passa a se chamar Escola Militarizada Tiradentes unidade 4. As outras unidades de Rondônia, que seguirão o mesmo modelo, estão situadas em Vilhena e em Ariquemes.

O projeto de autoria do deputado estadual Jesuino Boabaid/PMN indicou ao governador e à Secretaria de Estado da Educação a militarização em três escolas estaduais da capital. Segundo o parlamentar e os governantes, o objetivo é conter a violência praticada por estudantes nas dependências das escolas.

Em Porto Velho, as escolas que estão nos planos da polícia militar são: Dr. Oswaldo Piana, Capitão Cláudio Manoel da Costa e Flora Calheiros. A iniciativa do deputado direitista e dos governantes vai além de barrar a violência. Segundo o deputado, “além de questões que envolvem a violência entre alunos, a militarização abrange valores de hierarquia, disciplina, baixo desempenho nos estudos e frequência”. O direi-

tista completou: “O corte de cabelo masculino será feito com máquina 2, e refeito de 15 em 15 dias. Não será permitido barba, bigode ou cavanhaque, brinco, piercing, nem óculos escuros. Guarda-chuva, somente na cor preta. Os cabelos femininos podem ficar soltos, contanto que não ultrapassem a altura da gola do uniforme. Se médio ou longo, deve ser preso. Mechas coloridas são proibidas. As unhas devem ser incolores ou pintadas apenas nas cores branca e rosa-clara.

Ao cruzarem com um professor, diretor ou monitor, os alunos devem prestar continência. Namorar, beijar, andar abraçado ou de mãos dadas é considerado transgressão disciplinar e os pais são chamados”. Como se vê, querem impor a disciplina militar as jovens, desde os comportamentos até a maneira de se vestir. A escola burguesa, que já é repressiva,

(...) querem impor a disciplina militar as jovens, desde os comportamentos até a maneira de se vestir. A escola burguesa, que já é repressiva, vai assumindo características formais de prisão.

vai assumindo características formais de prisão.

Os professores e os estudantes devem se colocar contra essa imposição militar. Devem organizar manifestações contra essa medida antidemocrática, direitista. Devem iniciar uma ampla campanha junto aos demais estudantes. Os professores devem rejeitar o seu deslocamento feito pela Seduc para trabalhar nessas unidades, sob o controle militar. E exigir que os sindicatos se coloquem por organizar a luta coletiva contra a militarização das unidades escolares. Não será com punição, com o controle militar nas escolas e com trajes de policiais que a violência e a evasão escolar serão contidas. As escolas devem estar sob o controle daqueles que estudam e trabalham. Aos jovens devem ser garantidos o direito ao estudo e ao trabalho.

Pernambuco

O que o capitalismo em crise tem a oferecer à juventude?

O peso da crise econômica, no Brasil, tem sido descarregado sobre os explorados. Dentre eles, a juventude sofre em particular. O desemprego, que já é grave, para quem tem de 18 a 24 anos chega a 28,8%. A necessidade de trabalhar é driblada com a informalidade. Programas como os de Jovem Aprendiz, em vez de garantir o acesso a um emprego, como prometem os governos, servem para os capitalistas explorarem a mão-de-obra destes jovens e descartá-los um após outro. A contratação mesmo é uma raridade.

Destruição da escola

O ataque à educação, com os cortes e medidas privatistas, também revela o que o capitalismo tem a oferecer. Em um contexto de crise, em que forças produtivas são destruídas, dentre elas está a força de trabalho. Em momentos de crescimento, o sistema precisa cuidar da educação dos novos trabalhadores com vistas à produtividade. Neste capitalismo em decomposi-

ção, qual a formação necessária para ser desempregado?

Somente 61% dos estudantes de ensino médio estão na idade condizente (15 a 17 anos), ou seja, é alto o número de reprovações e evasão. Alguns tentam correr atrás por meio do EJA, somando 3,5 milhões. Muitos, 1,7 milhão, já estão fora da escola.

Mais jovens serão expulsos da escola com o ensino integral do “novo Ensino Médio”, pois precisam trabalhar parte do dia. Além disso, o governo mira no Ensino médio para abrir novos ramos de valorização do capital que não mais consegue continuar a se valorizar na produção. Esta foi a essência da Reforma do Ensino Médio: a destruição da escola pública para favorecer as corporações de ensino. Com a padronização, é possível entregar a gestão das escolas e movimentar os pacotes de ensino a distância e apostilas. Kroton e Estácio, que não conseguiram se fundir, já planejam a expansão para o ensino médio.

Precarização da universidade Pública e endividamento

No ensino superior, os estudantes mais pobres que conseguiram entrar na universidade enfrentam cada vez mais dificuldade em permanecer com os cortes orçamentários que impactam em particular os programas de assistência estudantil. Os que agarraram a oportunidade de estudar por meio do PROUNI, em vez da promessa da "empregabilidade" arrastam pesadas dívidas. Desde 2015, tem diminuído a oferta de contratos do FIES. Ante a crescente inadimplência, Temer muda as regras para proteger os capitalistas. A cobrança do FIES será consignada ao salário, com descontos de até 30%. E, se não tiver emprego, o governo acionará o fiador e fundo garantidor. Hoje em dia, apenas 20% dos estudantes pagam suas mensalidades em dia.

Extermínio

Sem emprego e sem escola, muitos são empurrados para a criminalidade. Nas periferias, a vida dos jovens não vale quase nada. Mais da metade das mortes dos que têm entre 15 e 19 anos é por homicídio. Entre 2005 e 2015, 318 mil jovens de 15 a 29 anos foram assassinados no Brasil. Para fazer de conta que se preocupa, o governo Temer criou em 30 de junho um comitê para monitorar as ações do programa Juventude Viva. Só fachada.

Encarceramento

A maioria dos presos no Brasil é jovem. Em 2012, 266.356 presos tinham até 29 anos, o que corresponde a 54,8%. Quanto aos adolescentes, o sistema socioeducativo em nada se diferencia do prisional. Em 2014, havia quase 25 mil adolescentes privados ou restritos de liberdade. Destes, 88% estavam internados, 66% cumprindo sentença e 22% cumprindo internação provisória. Amargam com a superlotação, más condições de higiene e torturas. E os políticos reacionários ainda querem reduzir a maioria penal.

Fortaleza

Escola de Quadros do POR no Nordeste

O POR realizou entre os dias 15 e 16 de julho, em Fortaleza, sua já tradicional Escola de Quadros do Nordeste. Esta contou com militantes e simpatizantes do Ceará, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, além de companheiros de São Paulo. Os temas tratados foram a situação política nacional, que tomou por base extratos de artigos e manifestos do último período, e a concepção leninista do partido, estudado a partir do folheto comemorativo dos 100 anos da Revolução Russa "Assimilando o leninismo".

No primeiro dia, em grupos e depois em plenária, foi debatido o tema da situação nacional, precedida de uma breve exposição. Diante do avanço da crise política, ressaltou-se a disposição de luta dos explorados contra o ajuste fiscal e as reformas de Temer, expressa na greve geral de 28 de abril e nos atos de massa ocorridos no último período, o aprofundamento do desgaste do governo com as denúncias da PGR, a política de colaboração de classe das centrais sindicais, do reformismo e estalinismo, que desmontaram a greve geral do dia 30 de junho e, por fim, a necessidade de contrapor-se ao eleitoralismo das correntes, expressas no "Fora Temer! Elei-

Preservar a juventude

Todas essas mazelas do capitalismo recaem com muito peso sobre os jovens. Muitos engrossam as estatísticas do adoecimento mental, alguns chegam ao extremo do suicídio. Outros procuram se anestesiar por meio de drogas legais e ilegais.

No entanto, há luta e há resistência. O movimento de ocupação de escolas incorporou uma nova geração de lutadores em todo o país. Voltamos a ter estudantes secundaristas ativos politicamente. Nas marchas contra as reformas de Temer, notamos a presença da juventude. O que falta é forjar uma direção revolucionária.

O problema do desemprego é muito sentido. Respondemos a ele com a defesa de que todo jovem deve ficar um período do dia na escola e outro no trabalho, recebendo um salário suficiente para suas necessidades.

Devemos seguir nas ruas contra as reformas de Temer. A reforma da previdência significa a impossibilidade de cumprir os critérios para ter uma aposentadoria após toda uma vida de trabalho. A reforma Trabalhista é um duro ataque aos que estão ingressando no mercado de trabalho agora. Apresenta um futuro de extrema exploração, precariedade e desproteção social. É preciso seguir em luta para por abaixo a reforma da previdência e exigir a revogação da reforma trabalhista e do ensino médio.

É preciso organizar os jovens nas escolas, mas também nos bairros. Agregar os jovens operários, trabalhadores informais e desempregados. Mostrar que a criatividade e força da juventude são necessárias para colocarmos abaixo este sistema de opressão e exploração.

Em meio à profunda crise política e econômica, nós do POR, convocamos a juventude pobre a se organizar sob a estratégia do governo operário e camponês, empunhando a bandeira da revolução proletária.

ções diretas já!" ou sua variante "Eleições gerais já". Mostrou-se a importância de retomar a defesa das reivindicações que se opõem às reformas já aprovadas e a da previdência (ainda por votar) com o método de luta da Greve Geral e defesa da consigna de "Abaixo Temer! Por um governo operário-camponês!".

Durante os debates, foi possível avaliar a linha política do partido diante das ricas experiências concretas de intervenção nas fábricas, nas escolas, universidades e manifestações de massa. Como exemplo, numa grande fábrica, verificou-se a disposição de luta dos operários no dia 28 de abril, apesar da ausência da direção sindical; sofreram repressão sem que o sindicato os apoiasse, e o sentimento de aterrorizados mais a falta de uma intervenção mais organizada do comitê local acabou dissolvendo a paralisação que se daria no dia 30 de junho. Os informes confirmaram que as direções da base governista, Força e UGT, levaram a linha de "mudanças" nas reformas, dadas como aprovadas, e bloquearam qualquer iniciativa de ação direta dos assalariados; as direções da oposição burguesa, CUT e CTB, alimentaram as

ilusões nas possibilidades da via eleitoral como meio de defesa contra os ataques dos governos e dos capitalistas, por meio da bandeira de “diretas já”. Discutiu-se também como a Conlutas, apesar de iniciativas de paralisação em algumas categorias, revelou-se como ala esquerda do eleitoralismo, ao bloquear mobilizações importantes, a exemplo do que ocorreu nos metroviários de São Paulo. Apesar de ser uma pequena parcela das direções sindicais, não mostrou constituir uma alternativa de independência de classe para as mobilizações das massas.

Chamou a atenção o trabalho em Fortaleza com os estudantes secundaristas, de cuja vanguarda se ouviu uma série de colocações que muito contribuiu ao debate coletivo, especialmente as experiências nos bairros mais pobres da capital. Assim como a juventude de Pernambuco, que há pouco está construindo o partido na região e já mostra solidez na exposição da política revolucionária.

Notou-se um esforço da regional do Rio Grande do Norte em organizar vários ativistas que se aproximam do partido e trazê-los a uma discussão coletiva regional. A regional desempenhou como uma força da Escola de Quadros do Nordeste.

No segundo dia, a discussão deu-se sobre a síntese da teoria leninista do partido. Destacou-se, entre outros aspectos, a natureza do partido leninista de quadros e militantes profissionais (que dedicam o essencial de suas vidas à construção do partido), a importância do jornal como organizador e centralizador coletivo e a ideia de que o socialismo científico precisa penetrar no proletariado a partir de um núcleo coeso e firme que tenha assimilado a ciência marxista. Discutiu-se também a necessidade de ouvir as massas, suas reais reivindicações e necessidades, sua disposição de luta, suas experiências coletivas concretas, para ligar tudo isso por meio das bandeiras que expressem sua unidade contra os exploradores e seus governos.

Destacamos que a concepção de partido leninista não é criação de uma mente privilegiada, mas decorre da experiência e das necessidades de desenvolvimento da luta de classes pelo proletariado revolucionário. Desde a luta dos operários ingleses, que ergueram um partido de massa para exigir suas demandas, até a necessidade de centralização e organização dos diversos círculos socialdemocratas na Rússia, a concepção de partido centralista democrático vai se colocando, e é o bolchevismo de Lênin quem lhe dá expressão consciente e adequada à estratégia da revolução proletária.

Destacamos que a concepção de partido leninista não é criação de uma mente privilegiada, mas decorre da experiência e das necessidades de desenvolvimento da luta de classes pelo proletariado revolucionário. Desde a luta dos operários ingleses, que ergueram um partido de massa para exigir suas demandas, até a necessidade de centralização e organização dos diversos círculos socialdemocratas na Rússia, a concepção de partido centralista democrático vai se colocando, e é o bolchevismo de Lênin quem lhe dá expressão consciente e adequada à estratégia da revolução proletária.

Destacamos que a concepção de partido leninista não é criação de uma mente privilegiada, mas decorre da experiência e das necessidades de desenvolvimento da luta de classes pelo proletariado revolucionário. Desde a luta dos operários ingleses, que ergueram um partido de massa para exigir suas demandas, até a necessidade de centralização e organização dos diversos círculos socialdemocratas na Rússia, a concepção de partido centralista democrático vai se colocando, e é o bolchevismo de Lênin quem lhe dá expressão consciente e adequada à estratégia da revolução proletária.

A escola de quadros tem por função educar a militância revolucionária para a luta política que se desenvolve. Neste

sentido, nossa atividade cumpriu com sua missão. Potenciar o embrião do partido revolucionário e avançar a construção do partido-programa é vital para que se dê um salto na luta de classes do próximo período. Esta tarefa árdua nós a perseguimos com todas as forças e convocamos a vanguarda que desperta para empreendê-la junto conosco.

Na escola de quadros, não existe professor e estudante; todos aprendem e ajudam a elevar politicamente os demais.

Trata-se de uma atividade coletiva, que parte da discussão prévia dos temas nas células, realiza-se no debate coletivo onde todos perguntam e todos respondem às questões colocadas, na medida de sua formação política. A educação revolucionária se distingue da educação burguesa, repetitiva, decorativa, particionada, etc.

A educação revolucionária está voltada à prática revolucionária transformadora da realidade em que se vive, por isso é coletiva e está voltada a formar quadros sobre a base da teoria do socialismo científico e de sua aplicação prática na política revolucionária, que tem de responder à realidade em constante transformação.

R\$5

Adquira com o distribuidor de Massas:

Conferência Regional do Nordeste 2017

POR Partido Operário Revolucionário **MASSAS**

R\$5

Adquira com o distribuidor de Massas:

100 anos da Revolução Russa

Como fizemos a revolução

Leon Trotsky

POR Partido Operário Revolucionário **MASSAS**

R\$5

Adquira com o distribuidor de Massas:

Balanco do 55º CONUNE

É preciso construir uma fração revolucionária entre a juventude

POR Partido Operário Revolucionário **MASSAS**

Nesta edição:

- Bolívia: A rebelião camponesa se acentua.
- Venezuela: Imperialismo aperta o cerco ao governo e Nicolás Maduro. Somente a classe operária organizada pode derrotar a oposição contrarrevolucionária.
- 100 Anos da Revolução Russa: Formemos poderosos quadros operários - Guillermo Lora.

Artigos das Seções

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

**Bolívia**

O governo ataca de modo torpe e desesperado direções sindicais que o enfrentam

Importantes setores do proletariado, embora sob a direção de sindicatos controlados pelo oficialismo, estão rompendo com o governo. Por isso, o governo reage querendo impor direções sindicais paralelas, contrariando decisões das bases.

Já fez isso na Central Operária Departamental de La Paz (COD LP). Quando constataram assustados que o COD LP ia escolher uma direção opositora ao governo, resolveram montar um congresso paralelo para impor uma COD paralela, alinhada ao governo, apoiando-se nos burocratas do distrito mineiro de Colquiri. Essa COD fajuta foi imediatamente reconhecida pelo Ministério do Trabalho. A frente opositora ao governo defendeu a tese revolucionária aprovada no Congresso Departamental Fabril de La Paz. Tese que, em síntese, defende o rompimento político com o governo caracterizado como antioperário, e a retomada da política própria do proletariado, que postula a necessidade de instaurar o governo operário-camponês e o socialismo.

Em todos os casos, o governo qualifica como “trotskistas”, “aliados da direita” a todos os que fogem do seu controle. A manobra não tem dado resultado, pois, ao invés de enfraquecer os rebeldes, os fortalece e potência os “trotskistas”. Não é um segredo para ninguém a presença política do POR na luta contra a impostura do MAS (Partido de Evo Morales).

Do mesmo modo, não teve êxito – porque as bases a rejeitaram – a sua tentativa de cooptar os produtores de coca das províncias do norte de La Paz (Carnavi, Franz Tamayo, Larecaja, Bautista Saavedra, Murillo e Muñecas) para montar uma organização paralela, a ADEPCOCA. Esta associação rejeita a Lei da Coca.

Mas o que aconteceu nas eleições da Federação Sindical de Trabalhadores fabris de La Paz é escandaloso. O governo com todo tipo de manobras quis impedir que a chapa verde, enca-

beçada por Wilson Mamani, vença à candidatura oficialista liderada por Mário Segundo. A chapa verde se apresentou com o programa aprovado pelo Congresso Fabril de La Paz, que mencionamos acima, e este é o motivo da furiosa campanha contra a chapa verde.

Na Plenária Fabril de 18 de julho, o Comitê Eleitoral controlado pelo oficialismo, anunciou que havia decidido empossar

diretamente a chapa Vermelha, sem eleições, nem assembleia, nem plenárias ou qualquer outro mecanismo democrático. Depois de anunciar essa decisão abandonou a plenária perante os espantados representantes das fábricas.

Os membros da chapa verde, que resolveram mudar o cabeça da chapa “para evitar o paralelismo e a ruptura da unidade” nem foram ouvidos, motivo pelo qual

apelarão à Confederação e à COB contra a decisão arbitrária e antisindical do Comitê Eleitoral vendido ao governo.

Os trabalhadores fabris não permitirão esta violência. No dia 21 de julho, após uma grande passeata que se concentrou na Praça Fabril, realizou-se uma assembleia geral na qual falaram membros dos sindicatos presentes, que representam a grande maioria do movimento.

As resoluções da assembleia foram:

1. Desconhecimento do Comitê eleitoral
2. Eleições legítimas dirigidas pela COB e COD
3. Vigília permanente na Federação de Fabris para impedir a posse da chapa vermelha

À margem de toda outra consideração, as organizações operárias devem colocar-se em defesa da democracia sindical, repudiando o divisionismo que o governo tenta impor a seus servos, vulnerado o princípio de democracia operária. Hoje é a Federação Fabril de La Paz, amanhã será toda direção opositora.

(...) rompimento político com o governo caracterizado como antioperário, e a retomada da política própria do proletariado, que postula a necessidade de instaurar o governo operário-camponês e o socialismo.

Bolivia

A rebelião camponesa se acentua Camponeses de cinco municípios de Cochabamba exigem o direito a cultivar coca e bloqueiam estradas em Colomi

Os Camponeses de Colomi, Tiraque, Pojo, Cocapata se mobilizaram e se concentraram em Colomi para bloquear a estrada que une Cochabamba a Santa Cruz; exigem que, das 4.070 hectares de plantações de coca aprovadas para Cochabamba na recentemente sancionada Lei da Coca, 700 sejam destinadas à distribuição entre os municípios acima assinalados, porque também tem zonas tropicais e, em muitos deles, existia o cultivo tradicional da coca desde tempos imemoriais. A reivindicação foi categoricamente recusada pelo governo central, numa inequívoca demonstração de parcialidade em favor dos produtores do trópico cochabambino.

Evo Morales concedeu uma entrevista ao representante dos camponeses mobilizados. Nessa entrevista, não se lhes permitiu sequer falar e, ainda, o presidente os repreendeu por suas ações, demonstrando se alinhar claramente em favor dos cocaleiros do Chapare.

Sob pressão da presença policial que continua no lugar, com ordem de não

permitir os bloqueios, o governo e a Federação de Trabalhadores Camponeses de Cochabamba acertaram uma trégua de duas semanas, com o pretexto de aguardar a decisão do tribunal constitucional sobre o questionamento de inconstitucionalidade da Lei da Coca.

Foi divulgada uma declaração da Federação Departamental de Camponeses de Cochabamba e de Bartolinas em apoio aos camponeses que bloqueiam as estradas, e rapidamente, um conflito que parecia puramente local como tantos outros no passado, começou a generalizar-se e adquirir um conteúdo político, porque são demandas dirigidas a um governo que não quer ceder, para não se chocar com a seis federações de produtores de coca do Chapare.

A situação se tornou explosiva. E foi agravada pela morte de um jovem mecânico vítima da ação repressiva da polícia. O sepultamento da vítima foi multitudinário e a multidão gritava por vingança. Exigiram também a renúncia dos ministros Cocarico e Romero. A assembleia realizada depois do sepultamento determinou ampliar os bloqueios em todos os pontos estratégicos que comunicam Cochabamba com o interior do país; em Parotani e outros pontos estratégicos, na estrada entre Cochabamba e Oruro.

Considerando que o movimento camponês é tradicionalmente localista, devido ao atraso em que vive e, à maneira

individual familiar de produzir sua pequena parcela, gerando uma relação peculiar com a terra, seu mundo acaba na sua localidade. É por este motivo que a história deste país está cheia de lutas intermináveis entre nacionalidades, entre comarcas e povos indígenas porque o vizinho invadiu

(...) a história deste país está cheia de lutas intermináveis entre nacionalidades, entre comarcas e povos indígenas porque o vizinho invadiu alguns metros nos limites do seu território ou porque lhe comeram uma lhama. Diferentemente desta tradição, o que é novo neste movimento é a tendência a se generalizar, superando momentaneamente o localismo para adquirir rapidamente um conteúdo político.

alguns metros nos limites do seu território ou porque lhe comeram uma lhama. Diferentemente desta tradição, o que é novo neste movimento é a tendência a se generalizar, superando momentaneamente o localismo para adquirir rapidamente um conteúdo político. É claríssima a tendência antigovernamental de se chocar com a base social do governo, os cocaleiros, e contra próprio governo, que decidiu reprimi-los duramente.

Atualmente, o movimento camponês é duramente castigado pelos desastres naturais. Perdem suas colheitas e seu gado devido à estiagem, as geadas ou as inundações, e não têm proteção do Estado. Agora, sentem na carne que estão diante de um governo mentiroso

que, com uns campinhos de futebol e outras benesses não resolve a situação estrutural de sua miséria e de seu atraso. A isto há que somar a crescente tendência a generalizar os impostos por suas pequenas parcelas de terras. Em muitos lugares, se lhes exige legalizar os terrenos para depois castigá-los com os impostos.

Também se ouvem pronunciamentos de muitos setores que, de alguma maneira, têm excedentes, e participam dos mercados locais, no sentido de que o governo não faz nada para controlar o ingresso indiscriminado de produtos do exterior, particularmente do Peru, que começa a introduzir tecnologia na produção agropecuária, e manipular geneticamente os alimentos que produzem, inviabilizando que os camponeses possam concorrer em qualidade e preços, agravado sua miséria, porque se veem obrigados a vender seus produtos abaixo do sacrifício que significa produzi-los.

Todos estes aspectos são fatores que intervêm numa rápida radicalização do movimento camponês e contribuem a que suas limitações localistas sejam superadas e transformadas em ações políticas. Agora, mais do que nunca, é indispensável a presença do proletariado como direção política; somente colocando entre seus objetivos as necessidades dos oprimidos do campo poder conseguir colocar-se à cabeça deles.

Venezuela

Imperialismo aperta o cerco ao governo de Nicolás Maduro

Somente a classe operária organizada pode derrotar a oposição contrarrevolucionária



No momento em que publicamos este texto, realizam-se as eleições da Assembleia Constituinte. Em contraposição, ergue a ficção democrática de um “governo paralelo” formado pela oposição.

É bem possível que agosto marcará mais claramente o percurso final da brutal crise do regime político na Venezuela. A oposição rejeita abandonar suas operações públicas para rachar as Forças Armadas e promover um golpe, mantendo as mobilizações diárias para avançar a desestabilização social e política do país. Apoiar-se no imperialismo para boicotar e cercar o chavismo desde o exterior. O chavismo, por sua vez, arrefece sua ofensiva pela Constituinte, aperta o cerco repressivo contra o Parlamento e oposição e rompe com a OEA e o Mercosul, negando-se a acatar suas decisões.

Nesse quadro, as exigências da oposição de libertação dos presos políticos, abertura de um “canal humanitário” de intervenção dos Estados Unidos, antecipação das eleições gerais e respeito às atribuições do Parlamento para abrir passagem à transição negociada são manobras que servem de preparação a um golpe de Estado. Tudo indica que o imperialismo e as frações da reação burguesa latino-americana não pretendem permitir ao chavismo reorganizar as instituições em favor de sua permanência à frente do País.

Uma saída negociada apoiada em métodos institucionais está praticamente abortada. Cresce o papel das Forças Armadas como árbitro da situação.

A formação de um “governo paralelo” pela oposição representa um passo mais firme dado pela fração burguesa pró-imperialista para romper definitivamente a governabilidade chavista e abrir caminho ao golpismo. Com a formação da Assembleia Constituinte, o Congresso nacional será dissolvido e a oposição perderá a trincheira que tanto tem servido para acobertar as movimentações golpistas.

Ruptura institucional

Até agora, o golpismo da oposição vinha se apresentando sob a cobertura formal da democracia parlamentar. Fracassada a tentativa de cassação do mandato de Maduro pela via parlamentar e realizado o ataque ao parlamento por militantes chavistas, foi finalmente rompida a institucionalidade burguesa como via de se chegar a uma transição política negociada.

A formação de um “governo paralelo” pela oposição representa um passo mais firme dado pela fração burguesa pró-imperialista para romper definitivamente a governabilidade chavista e abrir caminho ao golpismo. Com a for-

mação da Assembleia Constituinte, o Congresso nacional será dissolvido e a oposição perderá a trincheira que tanto tem servido para acobertar as movimentações golpistas.

Na quarta-feira passada, em uma sessão plenária do Congresso Nacional, foi aprovada a formação do “governo paralelo”. Segundo Henry Ramos Allup, deputado da Mesa de Unidade Democrática (MUD) e presidente da Assembleia Nacional (Parlamento), a medida objetiva constituir “um compromisso para facilitar a governabilidade, a eficiência e estabilidade do próximo governo de unidade e reconstrução nacional”. Os primeiros passos foram nomear 33 novos magistrados para o Tribunal Supremo de Justiça-TSJ (controlado pelo chavismo), convocar eleições para escolher seu candidato à presidência e apresentar um plano de reestruturação das Forças Armadas.



(Acima) conferência da Mesa de Unidade Democrática (MUD) no dia da "Consulta Popular", de 23 de julho.

Está claro que a criação de um "governo paralelo" é um ato público de golpismo. No entanto, a oposição precisa ainda acobertá-lo com uma farsa democrática. Objetiva desse modo favorecer uma intervenção externa que se arvora defensora da "vontade popular", da "democracia" e do "Estado de direito". Esse foi o objetivo da convocatória da "consulta popular" de 16 de julho, que devia mostrar um amplo apoio popular à convocatória de eleições gerais e de rejeição à Constituinte. Por trás dessas manobras, age a burguesia latino-americana, movida pelo imperialismo. Quanto mais ampla se torna a ofensiva diplomática sob a bandeira de salvação da democracia e contra a "ditadura", mais clara fica a via do golpe de Estado.

O imperialismo aperta o cerco

O imperialismo vem procurando afogar o governo nacional-reformista. As manobras diplomáticas no Mercosul para condenar e isolar internacionalmente o chavismo e abrir uma via à intervenção de uma "missão humanitária", sob controle da OEA, não tem dado resultados imediatos e esperados. Eis por que os Estados Unidos acirram sua ofensiva junto aos governos do continente que ainda resistem em aceitar uma intervenção sobre a nação oprimida.

O apoio à oposição entreguista passa pela sabotagem econômica. O que agrava o quadro social interno, aprofunda os enfrentamentos de rua e alimenta a cisão nas Forças Armadas. Essa situação ajuda o imperialismo a subordinar os governos reacionários latino-americanos e empurrá-los a fechar o cerco diplomático externo.

Na quarta-feira, 26 de julho, o Congresso norte-americano impôs sanções e bloqueio de bens (contas bancárias, imóveis, transações financeiras, etc.) a 13 funcionários chavistas do mais alto escalão. O Congresso ameaçou ainda estender as sanções a todos os candidatos eleitos para a Constituinte. Promete que somente serão retiradas as sanções e se evitará que os Estados Unidos "intervenham" na crise se se anular

o processo Constituinte.

Desestabilização e golpismo

O chavismo convocou, no mesmo dia da "consulta popular" oposicionista, sua "consulta popular", que deveria demonstrar o "apoio do povo" à Constituinte chavista. No final do dia, tanto situação quanto oposição disseram que mais de 7 milhões de eleitores apoiaram suas consultas.

No entanto, não há dados confiáveis. O chavismo não publicou os padrões, nem listas de votantes. A oposição, por sua vez, não respondeu às denúncias de que milhares de eleitores votaram até dez vezes. Ambas as "consultas" não passam de uma encenação democrática formal e peças-chaves nas manobras oposicionistas e situacionistas.

Um dia depois da "consulta popular", a oposição convocou uma "greve geral". Esperava-se de fato um locaute empresarial. Maduro ameaçou punir os patrões que incentivassem a paralisação. As massas exploradas não acataram o chamado. De maneira que a investida contra o governo pela via do locaute ficou a meio do caminho. O locaute das câmaras empresárias contou com o apoio de setores da burocracia sindical (União de Trabalhadores de Venezuela-UNETE), de estudantes e de pequenos proprietários. Enquanto os maiores sindicatos, os da indústria petroleira e dos funcionários públicos, controlados pelo chavismo, se posicionaram contra a greve reacionária.

O chavismo se afoga em suas próprias contradições

A criação do "governo paralelo" é um passo que serve às medidas intervencionistas gestadas e organizadas no seio do MERCOSUL e da OEA, sob a direção do imperialismo norte-americano. Lembremo-nos que a formação de "governos paralelos" ou chamados de "legítimos" na Líbia, Ucrânia e Síria foram pontos de apoio do intervencionismo sobre esses países oprimidos. O governo golpista do Brasil é uma peça-chave no cerco diplomático e internacional contra o governo chavista. Ao assumir presidência "pro-tempore" do organismo, afirmou que os governos do Mercosul são "profundamente sensíveis à desagregação do quadro político-institucional, as carências sociais que neste país começam a ter traços de crise humanitária". Eis a máscara da "defesa da democracia", do "Estado de direito" e dos "direitos humanos", sob a qual se acoberta o intervencionismo contra o governo da semicolônia.

O chavismo qualificou, acertadamente, essas medidas internas e externas como "golpe de Estado" disfarçado. Em um comício público, prometeu encarcerar os 33 "ministros opositores" e mobilizar as tropas do exército para impedir o funcionamento do Congresso. Na quarta-feira, 26 de julho, deteve três membros do "Tribunal Superior de Justiça", nomeados pelo

O governo golpista do Brasil é uma peça-chave no cerco diplomático e internacional contra o governo chavista. Ao assumir presidência "pro-tempore" do organismo, afirmou que os governos do Mercosul são "profundamente sensíveis à desagregação do quadro político-institucional, as carências sociais que neste país começam a ter traços de crise humanitária". Eis a máscara da "defesa da democracia", do "Estado de direito" e dos "direitos humanos", sob a qual se acoberta o intervencionismo contra o governo da semicolônia.

Parlamento: Jesus Rojas Torres, Zuleima González e Angel Zerpa, esse último em julgamento por um tribunal militar.

Difícilmente, esse tipo de medida repressiva conterà o avanço da oposição que se apoia em uma fração burguesa e no imperialismo. O chavismo demonstra, assim, sua impotência diante da ofensiva golpista. Ao opor ao golpismo a farsa democrática da Constituinte, favorece a campanha da oposição burguesa, que contará com seu fracasso. Fundamentalmente, demonstra a falsificação do “Socialismo do Século XXI” que não pode recorrer à mobilização das massas, única força social capaz de quebrar a espinha dorsal da contrarrevolução.

Superar a crise de direção revolucionária

O fundamental da situação está em que os explorados assistem à derrocada gradativa do governo nacionalista e não se levantam para esmagar a oposição pró-imperialista. O proletariado não conta com uma direção política que encarne o programa marxista, capaz de desenvolver a estratégia própria de poder e impulsionar a organização independente do nacionalismo chavista e do pró-imperialismo oposicionista.

É essa situação que coloca à luz do dia a crise da direção revolucionária. O primeiro passo em sua solução depende

de um posicionamento correto da vanguarda que vive a dura experiência. Está colocada a organização do partido marxista-leninista-trotskista.

No Brasil, a luta contra a reação burguesa passa pela derrubada das reformas antinacional e antipopular com os métodos de luta coletivos e uma frente única de massa capaz de mobilizar unitariamente o proletariado contra o governo golpista. O que exige reunir a vanguarda revolucionária sob o programa e estratégia do governo operário e camponês.

Uma derrota da ofensiva reacionária em qualquer país será um grande passo na tarefa de ajudar as massas oprimidas da América Latina a dar passos firmes no caminho de sua independência política e será rapidamente assimilada pelo proletariado, favorecendo que a vanguarda penetre e construa seus partidos-programas em seu seio. O contrário também é verdadeiro: a vitória da reação pró-imperialista aumenta a capacidade das burguesias de descarregar a crise estrutural do capitalismo sobre os explorados. Lutemos pela autodeterminação da Venezuela. Organizemos a luta anti-imperialista em nossos países. Trabalhem por construir os partidos revolucionários. Fortaleçamos o Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional. Viva a reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista!

100 anos da Revolução Russa

Como parte da campanha pelos “100 anos da Revolução Russa”, publicamos artigos de Guillermo Lora, dirigente histórico do Partido Operário Revolucionário da Bolívia. Neste Jornal Massas, traduzimos o Manifesto abaixo, que consta na forma de apêndice, no tomo I de suas Obras Completas. Não está datado, mas como se trata do vigésimo oitavo da Revolução Russa, concluímos que foi redigido em 1945. O Manifesto se distancia a meses do fim da Segunda Guerra Mundial, com o acordo de paz de Potsdam.

O POR boliviano fez sua homenagem à Revolução de Outubro ressaltando a necessidade do internacionalismo proletário para enfrentar o bando imperialista triunfante, ao qual Stálin atrelou a União Soviética. Os perigos da restauração capitalista se tornaram ainda mais visíveis. A III Internacional havia sido extinta por um ato da burocracia estalinista, 9 de junho de 1943. É bom ressaltar que o Manifesto do POR em defesa da Revolução Russa e do internacionalismo foi escrito dois anos após esse brutal ataque de Stálin à organização mundial do proletariado.

Proletários do mundo, uni-vos!” Formemos poderosos quadros operários para defender o legado de Lênin e Trotsky: a revolução proletária de outubro

Guillermo Lora

Chega o vigésimo oitavo aniversário da Revolução Russa, com dor e tragédia, saldos inevitáveis da selvagem carnificina imperialista. A homenagem que rendemos à portentosa vitória proletária contém o sacrifício extraordinário do proletariado mundial, como base da voracidade infinita dos imperialistas saqueadores. O vigésimo oitavo aniversário da obra de Lênin e Trotsky é comemorado, la-

mentavelmente, no momento em que a burocracia reacionária do Kremlin se afasta, definitivamente, dos objetivos da Revolução de Outubro e dos interesses históricos do proletariado. O triunfo de um bando fascista sobre outro – esse é o saldo da segunda guerra imperialista – não podia senão contar com a cumplicidade dos organizadores de derrotas proletárias, dos mercados de revoluções traídas. Nossa emo-

ção pela vitória de Outubro não nos cega diante da tragédia do movimento operário contemporâneo: os crimes e traições dos burocratas do Comintern, dos reformistas da II Internacional, dos anarco-sindicalistas e dos demais lacaios do capitalismo.

A segunda guerra mundial se alimentou do sacrifício da revolução proletária internacional – Alemanha, China, Índia, Espanha, etc. Se os traba-



O estrangulamento da Revolução de Outubro pela reação confirma, ainda que negativamente, a validade dos fundamentos do marxismo-leninismo, que não são outros que o da luta de classes e do internacionalismo. Somente o internacionalismo operário destruirá o capitalismo internacional.

lhadores não aproveitam as condições favoráveis para a revolução que se coloca, a humanidade sofrerá uma nova carnificina ainda mais cruenta em curto prazo. Não devemos permitir que o imperialismo sobreviva à custa do movimento operário. O estrangulamento da Revolução de Outubro pela reação confirma, ainda que negativamente, a validade dos fundamentos do marxismo-leninismo, que não são outros que o da luta de classes e do internacionalismo. Somente o internacionalismo operário destruirá o capitalismo internacional. Os bolcheviques triunfaram porque souberam mostrar aos oprimidos que seus exploradores não podiam senão ser seus inimigos irreconciliáveis; porque combateram sem piedade os colaboradores da burguesia; porque dirigiram as massas trabalhadoras contra o capitalismo imperialista; porque diante do socialpatriotas levantaram os pilares do internacionalismo revolucionário.

Os bolcheviques triunfaram porque foram capazes de demonstrar, com

sua conduta, que o proletariado não deve se aliar – nem ao menos sustentar – a um governo burguês. Aos blocos da burguesia, bem como aos blocos pseudo esquerdistas, os bolcheviques se opuseram com a luta de classes.

O Estado Soviético só pode se livrar do estrangulamento pelo capitalismo mundial e pela reação interna encabeçada por Stálin, se o movimento operário internacional vitorioso vier em sua ajuda. Diante da III Internacional de Lênin, constituída pela camarilha estalinista, reivindicamos diante dos oprimidos do mundo o internacionalismo revolucionário. Apoiados nas lições da Revolução de Outubro, levantemos a bandeira da luta contra nossos opressores: a burguesia nacional e o imperialismo.

Contra o nacionalismo, 'socialista' ou fascista, opomos o internacionalismo! Viva a Revolução Proletária Mundial!



Assimilando o Leninismo

No jornal Massas anterior, expusemos as posições de Lênin expressas no documento “Projeto de Plataforma do Partido Proletário, as tarefas do proletariado em nossa revolução” de não participação na Conferência de Zimmerwald, rompimento com a II Internacional e fundação da III Internacional. A Conferência regional de Petrogrado, 14 a 22 de abril, e a 7ª Conferência de toda a Rússia dos bolcheviques, também realizada em Petrogrado, 24 a 29 de abril de 1917, refletiram o momento crucial da transição entre a revolução burguesa de fevereiro e a revolução proletária de outubro.

A divergência entre Lênin e Kamenev/Rikov tinha de ser urgentemente resolvida pelo partido, uma vez que se tratava do futuro do movimento revolucionário e do lugar dirigente dos bolcheviques. Kamenev e Rikov se opunham à tese de que a revolução burguesa estava concluída e se iniciava a segunda fase da revolução, que era proletária. Em síntese, para Lênin a revolução democrático-burguesa dava lugar à revolução proletária. A estratégia da ditadura democrática, camponesa e proletária já havia se materializado na forma do duplo poder; de um lado, o poder da burguesia com seu governo provisório, e, de outro, dos soviets de operários, camponeses e soldados. Tratava-se, agora, de desenvolver a estratégia da ditadura do proletariado.

O mês de abril foi extraordinariamente rico em acontecimentos e em formulações programáticas, teóricas e políticas do bolchevismo. Pode-se dizer que foi um momento crucial para que o proletariado se fortalecesse como dirigente dos camponeses e dos soldados rumo à tomada do poder, tendo à frente os bolcheviques. Está aí por que tanto a reação burguesa, quanto a pequeno-burguesa identificavam o bolchevismo com o leninismo e colocaram Lênin em suas miras. Viram perfeitamente que estavam diante do marxista mais completo e que havia colocado os bolcheviques no caminho da revolução proletária.

Um dos pontos fundamentais da formulação de Lênin era o de que o governo burguês de fevereiro inevitavelmente seguiria a política de guerra dos aliados imperialistas. Por pouco tempo, enganou os operários, camponeses e soldados com palavreados de paz. Em 28 de março, o governo provisório se viu obrigado a revelar que levaria a Rússia a se manter na guerra até que essa terminasse em vitória dos aliados. Em meados de abril, explodem manifestações de soldados e operários. O governo burguês de fevereiro sentiu abrir a terra sobre seus pés. Os soviets reagiram à tentativa de repressão do general Kornilov. Evidenciou o duplo poder e a impossibilidade de se manter como tal por muito tempo. É nesta situação que as posições de Lênin se potenciaram. Publicamos um de seus artigos nesse especial momento.

OS ENSINAMENTOS DA CRISE

Petrogrado e toda a Rússia passaram por uma série crise política, a primeira crise política desde a revolução.

Em 18 de abril, o governo provisório publicou sua tristemente célebre nota confirmando os objetivos rapinas da guerra, com muita clareza ao ponto de provocar a indignação das massas, que acreditavam honradamente nos desejos (e possibilidades) dos capitalistas de “renunciar às anexações”. Nos dias 20 e 21 de abril, Petrogrado fervia. As ruas estavam cheias de pessoas; de dia e de noite formavam rodas e grupos e surgiam comícios de vários tamanhos em toda parte; não cessavam as grandes demonstrações. A crise, ou sua primeira etapa, parecia ontem terminada, 21 de abril, à noite, quando o Comitê Executivo do Soviet de deputados, operários e soldados, e a continuidade do próprio Soviet se declararam satisfeitos com as explicações e emendas à nota e os “esclarecimentos” do governo (que de fato não passam de frases vazias que não dizem absolutamente nada, que não modificam nada e não obrigam o governo a nada).

Se as massas consideram que “o incidente está terminado”, só o futuro o dirá. Nossa tarefa, agora, é fazer um estudo profundo das forças, das classes, que se revelaram na crise e tirar disso os ensinamentos para o partido proletário. A grande importância de toda a crise, portanto, é que nela se manifesta o que estava oculto, descarta o relativo, o superficial e o insignificante, arrasta a escória política e revela os relevos da verdadeira luta de classes.

A rigor, com sua nota de 18 de abril, o governo dos capitalistas não fez senão confirmar suas notas anteriores, nas quais adornava a guerra imperialista com ambiguidades diplomáticas. Os soldados estavam indignados, pois eles tinham acreditado honradamente nas sinceridades e nas intenções pacíficas dos capitalistas. As demonstrações começaram como demonstrações de soldados, com esta consigna contraditória, ineficaz e equivocada: “Abaixo Miliukov!” (como se a mudança de pessoas ou de grupos pudessem modificar a essência da política!).

Isso significa que a grande massa, instável, vacilante, a que está mais próxima do campesinato, e que, por sua defi-



Os operários enchem os bairros pobres, mais distantes dos centros e depois em grupos avançam até a avenida Nevski. Estas demonstrações, por seu caráter massivo e coeso se diferenciam das demonstrações da burguesia. Muitas bandeiras levavam a inscrição: “Todo poder ao Soviet de deputados, operários e soldados!”

nição científica de classe, é pequeno-burguesa, oscilou, se distanciou dos capitalistas, caminhando em direção aos operários revolucionários. Esta oscilação ou movimento dessa massa, suficientemente forte como para ser um fator decisivo, provocou a crise.

Foi neste momento que outros setores começaram a se agitar, a sair às ruas e a se organizar, não os elementos médios, mas os extremos, não a massa pequeno-burguesa intermediária, mas a burguesia e o proletariado.

A burguesia tomou a avenida Nevski (a avenida “Milukov”, como a chamou um jornal) e os

bairros adjacentes da Petersburgo rica, da Petersburgo dos capitalistas e dos funcionários governamentais. Oficiais, estudantes e classes médias participaram nas demonstrações a favor do governo provisório, e entre as consignas aparecem frequentemente as bandeiras: “Abaixo Lênin”.

O proletariado se lançou à rua em seu próprio centro, nos subúrbios operários, em torno das convocações e das consignas do Comitê Central de nosso partido. Nos dias 20 e 21 de abril, o Comitê Central aprovou resoluções que são imediatamente transmitidas ao proletariado por meio das organizações do partido.

Os operários enchem os bairros pobres, mais distantes dos centros e depois em grupos avançam até a avenida Nevski. Estas demonstrações, por seu caráter massivo e coeso se diferenciam das demonstrações da burguesia. Muitas bandeiras levavam a inscrição: “Todo poder ao Soviet de deputados, operários e soldados!”

Na avenida Nevski, ocorrem choques. As manifestações “hostis” desfraldam mutuamente suas bandeiras. O Comitê Executivo recebe em vários lugares por telefone a notícia de que ambos os lados haviam disparado, de que havia mortos e feridos; mas as notícias são extremamente contraditórias e sem confirmação.

A burguesia vocifera sobre o “espectro da guerra civil”, expressando assim o medo de que as verdadeiras massas, a real maioria do povo, tomem o poder. Os dirigentes pequeno-burgueses do soviets, os mencheviques e os populistas – que nem depois da revolução, nem durante a crise tiveram uma clara e definida linha partidária – se deixam amedron-

tar. No Comitê Executivo de onde na véspera da crise quase a metade tinha votado contra o governo provisório, agora reúnem 34 votos (19, contra) a favor do retorno a uma política de confiança e de acordo com os capitalistas.

E assim o “incidente” se dá por “terminado”.

Qual é a essência da luta de classes? Os capitalistas estão pelo prolongamento da guerra e acobertam este fato com frases vazias e falsas promessas; estão enroscados nas redes do capital bancário russo, anglo-francês e norte-americano.

O proletariado, representado por sua vanguarda com consciência de classe, está pela passagem do poder à classe revolucionária, a classe de operários e semiproletários, pelo desenvolvimento de uma revolução operária mundial, uma revolução que também cresce visivelmente na Alemanha e pelo fim da guerra por meio da revolução.

A grande massa, principalmente a pequeno-burguesa, que ainda acredita nos dirigentes mencheviques e populistas, que está absolutamente intimidada pela burguesia e que, ainda que com algumas reservas, realiza a política desta, oscila prontamente tanto à direita, quanto à esquerda.

A guerra é espantosa: golpeou mais duramente as amplas massas, é ali onde começam a compreender, ainda que muito vagamente, que a guerra é criminoso, que se realiza devido a rivalidades e disputas entre os capitalistas pela repartição do saque. A situação mundial se complica mais e mais. Não há outra saída a não ser a revolução operária mundial, uma revolução que na Rússia está atualmente mais avançada que em qualquer outro país, mas que também cresce visivelmente na Alemanha (greves, confraternizações). E as massas vacilam: vacilam entre a confiança em seus antigos senhores, os capitalistas, e o ódio a eles; entre a confiança até o novo que oferece a perspectiva de um futuro luminoso para todos os trabalhadores, a única classe consequentemente revolu-



A situação mundial se complica mais e mais. Não há outra saída a não ser a revolução operária mundial, uma revolução que na Rússia está atualmente mais avançada que em qualquer outro país, mas que também cresce visivelmente na Alemanha (greves, confraternizações).

E as massas vacilam: vacilam entre a confiança em seus antigos senhores, os capitalistas, e o ódio a eles; entre a confiança até o novo que oferece a perspectiva de um futuro luminoso para todos os trabalhadores, a única classe consequentemente revolucionária, o proletariado, e uma compreensão imprecisa de seu papel na história mundial.

cada grupo de setores de trabalhadores que ainda não estão esclarecidos! Todos os esforços devem se voltar à consolidação de suas próprias fileiras, da organização dos operários de baixo a cima, incluindo cada distrito, cada fábrica, cada bairro da capital e dos subúrbios! Não se deixem enganar por aqueles pequeno-burgueses que “conciliam” com os capitalistas, pelos defensistas, pelos que dão “apoio”, nem pelos indivíduos impacientes que gritam “Abaixo o governo provisório!”, antes que a maioria do povo esteja solidamente unida. A crise não pode ser superada pela violência exercida por indivíduos contra indivíduos, nem por ações locais de pequenos grupos armados, nem mediante intenções blanquistas de “tomar o poder”, “prender” o governo provisório, etc.

A tarefa do momento é explicar de maneira mais precisa, mais clara e mais amplamente a política do proletariado, seu caminho para pôr fim à guerra. Unam-se nas fileiras e colunas do proletariado, onde quer que vocês possam, com maior amplitude, com mais firme decisão! Unam-se em torno de seus soviets, e neles, mediante o convencimento fraternal e a reeleição e alguns de seus membros, procurem unir uma maioria em torno de vocês!

(Extraído das Obras Completas, Lênin, tomo XXV)